

ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 22-9-2021.

---

Aos vinte e dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Psicóloga Tanise Sabino. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 373/21 (Processo nº 0879/21), de autoria de Cassiá Carpes; o Projeto de Lei do Legislativo nº 281/21 (Processo nº 0678/21), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 028/21 (Processo nº 0682/21), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 300/21 (Processo nº 0733/21), de autoria de José Freitas; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 135 e 236/21 (Processos nºs 0356 e 0608/21, respectivamente), de autoria de Leonel Radde. Também, foram apregoados requerimentos de autoria de Giovane Byl e Lourdes Sprenger, deferidos pelo Presidente, solicitando o desarquivamento, respectivamente, dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 110/20 e 148/19 (Processos nºs 0282/20 e 0319/19, respectivamente). A seguir, a Presidente registrou o COMPARECIMENTO de Pablo Mendes Ribeiro e Rogério Baú, respectivamente secretário municipal e secretário municipal adjunto de obras e infraestrutura, Gunter Axt, secretário municipal da cultura, e Gustavo Ferenci, secretário municipal de transparência e controladoria. Em continuidade, Pablo Mendes Ribeiro, Gunter Axt, Gustavo Ferenci e Rogério Baú pronunciaram-se acerca da contratação e do andamento das obras de restauro da Usina do Gasômetro. Após, Idenir Cecchim, Giovane Byl, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Pedro Ruas, Claudio Janta, Jonas Reis, Felipe Camozzato, Aldacir Oliboni e Ramiro Rosário pronunciaram-se acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Matheus Gomes. Em prosseguimento, a Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Pablo Mendes Ribeiro, Gunter Axt e Rogério Baú. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e dezoito minutos às dezesseis horas e dezenove minutos. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Lourdes Sprenger. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 4ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 022/21, discutido por Idenir Cecchim, Laura Sito, Claudio Janta e Felipe Camozzato. Na ocasião, foi constatada a existência de quórum, em verificação solicitada por

Claudio Janta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Bruna Rodrigues e Jonas Reis. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 031/20; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 166/20 e 108/21, este discutido por Claudio Janta, e o Projeto de Lei do Executivo nº 007/21, discutido por Jonas Reis. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Claudio Janta. Às dezessete horas e quarenta e dois minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo para ingresso na Ordem do Dia, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cláudia Araújo, Mônica Leal, Comandante Nádia e Márcio Bins Ely. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal dos vereadores para a abertura dos trabalhos.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e oito Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Há quórum.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Hoje temos o comparecimento dos secretários: Sr. Pablo Mendes Ribeiro, da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura; Sr. Gunter Axt, da Secretaria Municipal da Cultura; Sr. Gustavo Ferenci, da Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria; Sr. Rogério Baú, secretário adjunto da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, que abordarão o assunto da prestação de esclarecimentos quanto à contratação e ao andamento das obras de restauro da Usina do Gasômetro. Convido todos para comporem a Mesa.

O secretário Pablo Mendes Ribeiro, da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, está com a palavra.

**SR. PABLO MENDES RIBEIRO:** Boa tarde, Presidente Mônica; saudando a senhora, saúdo todos os vereadores e vereadoras desta Casa. É uma alegria muito grande voltar aqui, Ver. Oliboni, depois de quatro anos em que estivemos juntos nesta Casa, quando eu dediquei a minha vida durante sete anos, aprendi muito, fiz muitos amigos, sempre na base de muito respeito e diálogo. Hoje, volto como secretário da Pasta de Obras e Infraestrutura, um grande desafio na minha vida, comandar esta

Secretaria tão importante para a nossa cidade, porque a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura é o bem-estar da cidade, é a qualidade de vida das pessoas. E a cidade, tendo infraestrutura, a gente tem desenvolvimento econômico; conseqüentemente, desenvolvimento social, líder Cecchim. Desde que nós assumimos esta gestão, temos algumas bases do pilar. A primeira, secretário Gunter – saudando a ti, saúdo o secretário Gustavo – é a transparência! A transparência é a base da gestão pública, tanto é que, quando assumimos, em três meses, lançamos o Te liga na Obra, no Portal da Transparência, para que as pessoas, a população, os vereadores conheçam o que realmente está se fazendo sobre as obras da cidade. A segunda é o respeito ao erário, porque, quando a gente tem compromisso, quando a gente tem transparência, quando a gente tem agilidade, menos recurso público é alocado nas obras. A terceira é a segurança do cidadão – a gente sempre diz que ninguém pode morrer, na cidade de Porto Alegre, por causa de uma obra pública, e assim será! Então, aqui, eu quero agradecer a oportunidade de o Executivo estar vindo relatar e mostrar sobre uma das obras que estão acontecendo na nossa cidade. O Executivo investe mais de R\$ 200 milhões em obras públicas, melhorando a infraestrutura da cidade, não somente essas grandes obras que a gente vê pelo Centro da cidade, mas as pequenas, lá no Orçamento Participativo, que fazem, de fato, a diferença na vida do cidadão. Essa obra da Usina do Gasômetro é tão importante que, por decreto, o prefeito fez uma força-tarefa para que a gente tenha agilidade, consiga enxergar onde estão os erros e os acertos, e que a gente possa cumprir o nosso objetivo, que é devolver esse grande patrimônio da cidade nos 250 anos de Porto Alegre. Essa força-tarefa tem um representante, um escolhido por sua capacidade, por seu conhecimento, servidor do município, engenheiro – não sei se sou sortudo ou o prefeito é competente demais por ter escolhido o secretário-adjunto Rogério Baú para estar comigo, liderando essa Pasta. Como coordenador do GT, por estar dentro da obra, saber o que, a cada dia, acontece, o secretário Rogério Baú fez uma grande explanação, uma apresentação para os senhores e senhoras vereadores, para que possam compreender e entender esse processo importante que é a obra da Usina do Gasômetro. Assim como vocês, a população, nós, o Executivo, temos a responsabilidade de entregar essa obra, que é uma referência cultural da cidade de Porto Alegre para a população. Então, Presidente, não sei como é que vai ser aqui o procedimento do comparecimento; eu queria agradecer aos vereadores, líder Cecchim, líder do nosso governo, a oportunidade de vir aqui, esclarecer e mostrar, com transparência, como é de rotina, a nossa administração. Muito obrigado, Presidente, uma boa tarde de trabalho; tenho certeza de que vão ficar contentes com o que vão escutar.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, secretário Pablo Mendes Ribeiro. O secretário Gunter Axt, da Secretária Municipal da Cultura de Porto Alegre, está com a palavra.

**SR. GUNTER AXT:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.)

É uma honra estar aqui hoje presente nesta Casa, contribuindo na construção do processo democrático, ajudando a prestar esclarecimentos sobre esta, que é, sem dúvida nenhuma, uma das obras mais vitais da cidade de Porto Alegre. A Usina do Gasômetro, inaugurada em 1928, foi construída em dois anos, cujo projeto começou em 1925. A partir desta termoelétrica – era então uma termoelétrica, que se chamou Usina do Gasômetro, como todos sabem, porque ela foi postada, situada, erguida, na volta do antigo Gasômetro; esse, sim, que distribuía gás encanado à cidade de Porto Alegre. A usina era uma usina termoelétrica; a partir dela, a cidade foi iluminada, a iluminação pública partia desse prédio, a iluminação privada, doméstica, força motriz que movimentava as indústrias, o transporte público, porque na época nós tínhamos um sistema de bondes elétricos, e todo esse sistema era alimentado por esse edifício que então se construiu, situado à margem do Guaíba, uma obra realmente monumental para época, que consumia sozinha o equivalente a 8 mil metros cúbicos de água, correspondendo ao consumo diário da cidade de São Paulo. Daí pode-se ter uma ideia do tamanho, da importância desta obra. A Usina do Gasômetro, tão essencial para a economia da cidade, para a história da cidade, converteu-se, a partir dos anos 90, graças a uma movimentação, uma mobilização que foi, em grande medida, comunitária, do pessoal relacionado ao patrimônio, converteu-se num importante centro cultural. E de onde, antes, iluminava-se a cidade, movimentava-se a cidade, com força motriz, hoje se iluminam os espíritos. Então, a Usina do Gasômetro é, sem dúvida nenhuma, um dos espaços mais icônicos desta cidade, junto talvez com o Mercado Público, seu coração pulsante, a síntese do comércio e das trocas da cidade, o viaduto Otávio Rocha, o Laçador, talvez o nosso pôr do sol, hoje enquadrado por uma orla cada vez mais magnífica. Então, tudo que diz respeito à Usina é efetivamente crucial, vital. A Secretaria da Cultura encontra-se absolutamente engajada no processo de revitalização desses espaços; nós recebemos, em janeiro deste ano, um contrato, que foi resultado... O secretário Baú depois vai explicar os detalhes a vocês, não vou me estender nesses números, mas apenas introduzo brevemente a questão. Recebemos um contrato, secretário, resultado de um edital, lançado em 26 de setembro de 2019, que previa alguns aspectos de revitalização, do caráter de uma obra civil na Usina; recebemos também um debate e um primeiro termo aditivo, já instruído, que foi assinado no dia 21 de janeiro deste ano, no valor de R\$ 3,130 milhões, o secretário Baú dará os detalhes em seguida, que justamente foi resultado da necessidade, segundo o que diz a instrução do processo, de se enfrentar a questão da quarta laje; portanto, foi um aditivo estrutural – a assinatura desse aditivo foi bastante divulgada na época. Então, esta é a situação que nós herdamos da Usina – já há um termo aditivo assinado, em seguida se assinou um termo aditivo de prazo, redimensionando a entrega da obra. E há outros aspectos pendentes no processo todo – isso certamente será detalhado em seguida. Eu quero dizer a vocês que realmente nós estamos todos muito empenhados e alinhados, justamente na construção desta obra e na entrega dela à cidade de Porto Alegre. Muito obrigado a todos, muito obrigado, vereadora, colegas, muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada secretário Gunter. O secretário Gustavo Ferenci, da Secretária Municipal de Transparência e Controladoria, está com a palavra.

**SR. GUSTAVO FERENCI:** Obrigado, vereadora; boa tarde vereadores, colegas de secretariado. Eu nem ia falar, mas eu acho que é importante dizer que o meu papel aqui é colaborar com uma das grandes funções que inclusive os vereadores têm, que é fiscalizar a própria Prefeitura. O que nós fizemos lá na Secretaria de Transparência, entre outras questões, é organizar as sindicâncias. E neste caso, Ver. Pedro Ruas, o jornal colocou errado, estamos investigando este contrato da Usina do Gasômetro, mas ainda em fase de instrução preliminar, sumária, ainda não é uma sindicância. Como é que se constituiu este grupo para investigar? Como a Usina do Gasômetro é um projeto que envolve a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Obras e a Secretaria de Planejamento, a Secretaria Municipal de Transparência coordena um grupo que envolve todas as secretarias, e a partir dali, começou a se analisar todos os documentos, todo o histórico e agora já estamos em fase de ouvir algumas pessoas chaves, se necessário, aí sim, Ver. Pedro Ruas, Ver. Cecchim, abre-se a sindicância. Ainda não sabemos, eu, mesmo como secretário, Ver.<sup>a</sup> Mônica, não tenho acesso às informações, não posso ter, para dar total liberdade para que os servidores que forem escalados para fazer essa investigação possam fazer com todo o zelo, cuidado, transparência e responsabilidade que lhes cabe. Importante: a Instrução Preliminar Sumária – o secretário Baú vai explicar depois – teve início em 7 de julho, quando a gente identificou, ela saiu em portaria, e ainda está em andamento. A previsão de conclusão da IPS é, mais ou menos, pela metade de outubro, talvez até antes, em 15, 20 dias assim, dentro de um cronograma que já estava preestabelecido. Eu acho que é importante dizer que essa Instrução Preliminar e essa investigação foram feitas a pedido do secretário Pablo, a pedido do secretário Gunter, especialmente a pedido do prefeito Sebastião Melo. Então, não há nada a esconder, pelo contrário, a gente quer justamente deixar todas as informações bastantes claras e é o que o secretário Baú fará em seguida para vocês, eu não vou dar *spoiler*, está bem, Baú? Não vou adiantar. Era isso, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, secretário Gustavo. Eu chamo o secretário adjunto, engenheiro Baú, para fazer a apresentação do material. O secretário adjunto Rogério Baú foi o meu diretor, quando fui presidente, um grande diretor, parabéns.

**SR. ROGÉRIO BAÚ:** Obrigado pelas palavras, vereadora. Boa tarde a todos; boa tarde aos colegas da Prefeitura. Eu agradeço esta oportunidade dada por esta Casa para abordarmos a questão da obra da Usina. O planejamento de apresentar aqui esses dados é lançar mão de uma linha do tempo, desde o momento da captação dos

recursos, desde a fase de concepção do projeto, fase de licitação e fase de execução da obra.

Remontamos, então, ao ano de 2015, quando à época a Prefeitura captou 92 milhões de dólares, não só para executar a obra da Usina, mas também o trecho 1 da orla, o trecho 3 que está em execução, o quadrilátero que iniciará daqui a pouco, e também vias do Orçamento Participativo.

Desde 2105 a julho de 2019, demorou todo esse tempo para o estabelecimento da concepção de projeto da Usina, foi um trabalho realizado pela empresa 3C Arquitetura, a contratação se deu em 2015. A concepção inicial do projeto demandava recurso na ordem de R\$ 40 milhões, era um projeto muito bonito, muito magnífico, mas com a compreensão pública de os cofres não poderiam suportar tamanho aporte. Passo seguinte, no ano de 2019, a gestão da época decidiu fazer uma redução do escopo, mas uma redução obedecendo um plano de funcionalidade, obedecendo critérios, de modo a restar uma obra, sim, com uma redução de 40 para 20, mas permanecendo ainda uma funcionalidade, uma funcionalidade mínima, sem luxo, mas funcional. A gestão também da época compreendeu que não poderia suportar R\$ 20 milhões, aí definiu que o escopo deveria ser executado com uma verba, na época, de 3 milhões de dólares, o equivalente na época, pela cotação do dólar, é um financiamento cotado em dólar, na época um valor de R\$ 12,5 milhões. E assim foi licitada a obra, em agosto de 2019 foi publicado o edital, com uma concepção mais simples do que foi inicialmente estabelecido, inicialmente 40, depois 20, com um projeto funcional, depois restou apenas o que a gente pode caracterizar como uma obra que tratou de complementações, em nível de instalação elétrica, hidrossanitária, questão de proteção de combate a incêndio, infiltrações, reboco, e o aspecto mais ousado seria trazer para o andar térreo o cinema, e também estabelecer no terraço um café ou um restaurante – essa foi a ousadia máxima desse projeto que foi reduzido a R\$ 12,5 milhões. Temos que falar também que, quando da licitação, fazendo a análise de todas as peças técnicas, fica muito claro que o projeto estrutural e o projeto de instalação elétrica foram para a licitação de uma maneira insuficiente, sob o ponto de vista das especificações necessárias. O Consórcio Rac/Arquibrasil ganhou a licitação, aí com o desconto aproximado de R\$ 1 milhão.

Pois bem, em janeiro de 2020, a obra é iniciada com uma duração de 14 meses, aí teve a época da pandemia, algumas dificuldades, a atual gestão assumiu já com o resultado de um projeto que foi modificado e teve o seu escopo reduzido, aí foi o reflexo com o primeiro aditivo, um aditivo de R\$ 3,13 milhões, mas se a gente considerar também que houve uma supressão de R\$ 600 mil, a gente chega ao valor líquido de R\$ 2,5 milhões como primeiro aditivo, aí de janeiro de 2021. O secretário Gunter e o secretário Pablo assumiram o governo já com essa demanda, elevou o contrato para R\$ 13,9 milhões, quase R\$ 14 milhões. O aditivo nº 01 representou um acréscimo de 22%. O aditivo nº 01 fundamentalmente se justificou pela necessidade de darmos uma solução estrutural principalmente porque o projeto previu o uso do terraço da Usina do Gasômetro para um estabelecimento comercial – café, restaurante –, só que a laje estava condenada sob o ponto de vista estrutural, aí o projeto necessitou ser

alterado. Nós precisamos agregar solução estrutural, para que a gente pudesse estruturar a laje, tivemos que trabalhar em telares e nas fundações.

Em março de 2021, o contrato demandou um aditivo de prazo, levando a conclusão da obra para abril de 2022. No final de 2020, gestão passada, a obra alcançou 22,6% de execução. O nosso último fechamento, atual, de agosto, a obra está executada aproximadamente 45%. Para melhor desempenho, com vistas a conclusão em março de 2022, o prefeito determinou, por meio do Decreto nº 21.151, deste ano, a criação de uma força-tarefa específica para essa obra. A força-tarefa conta, então, com servidores da Cultura, da Gestão, da SMOI, com o objetivo de empreender gestão intensiva para que a obra possa cumprir os prazos. A coordenação da força-tarefa é dada por mim, sou servidor do quadro e atualmente secretário adjunto.

Vamos trabalhar um pouco aqui o aspecto da execução da obra. Atualmente a intercorrência de o projeto ter o seu escopo reduzido, hoje nós estamos necessitando muitos serviços, em muita quantidade, porque nós nos deparamos com uma obra totalmente modificada e com muito escopo reduzido e precisamos estabelecer solução para reboco, para parede divisória, para alvenaria, para piso. Agora, a questão é a seguinte: nós precisaremos desse aditivo, o projeto inicialmente concebido foi suficiente, agora, a percepção que nós temos é que o valor ficará próximo do limite legal – essa é a nossa dificuldade. Hoje nós temos uma situação de obra iniciada, obra em curso, por deficiências desde o nascedouro da questão, lá da licitação, nós estamos atingindo aí o limite legal que é de 50% em caso de reforma. Bom, tamanha é a necessidade de complementação de serviços e quantidades, e também com o projeto estrutural e elétrico em condições executivas sem suficiência, a gente considerou que haveria um problema, desde a época da concepção do projeto, aí a Prefeitura determinou a criação de uma instrução de procedimento preliminar, uma etapa anterior à sindicância, que está em curso com a Secretaria de Controladoria.

Execução da obra – o que a gente precisa agregar. Agregar, trazer a proposta técnica, fechar a concepção, fechar o valor, e entregar à PGM. A PGM fará as avaliações jurídicas mediante as justificativas. A PGM, de posse desses dados, fará as considerações de legalidade acerca da lei. A partir, então, do recebimento da proposta técnica de engenharia, a PGM, dentre os vários requisitos, observará especialmente os relativos aos percentuais máximos admissíveis, que no caso de reforma são 50%, como eu coloquei. O resultado da análise jurídica indicará a manutenção do atual contrato, mediante a justificativas, ou estabelecimentos de uma nova licitação. Para a atual administração, tanto a questão da economicidade dos recursos públicos, é importante quanto a preservação do patrimônio histórico tombado. Acerca do novo aditivo necessário, a partir dos elementos técnicos de engenharia, que serão entregues à PGM, a administração municipal estabelecerá decisão se manterá ou não o atual contrato. O caminho a ser definido pela gestão levará em consideração a vantajosidade entre proceder uma nova licitação, economicidade a respeito ao dinheiro público, ou manter o atual contrato assim, e não submeter a uma situação de descontinuidade, porque se trata de uma obra de restauro e qualquer descontinuidade é prejudicial à obra. Quais são as opções diante das consequências de um projeto mal concebido, com escopo reduzido,

sem critério técnico? As opções são manter o contrato mediante as justificativas técnicas para os aditamentos, justificativa técnica de engenharia e também de cunho legal, e observação à lei de licitações, ou rescindir o atual contrato, voltando à estaca zero, licitando a obra novamente. Uma outra opção é rescindir o contrato atual e realizar um contrato emergencial para a conclusão da obra, já que se trata de uma obra de restauro, e que qualquer descontinuidade pode comprometer a edificação. Não obstante a existência de incongruência entre o que consta especificado no projeto licitado, tanto em relação ao seu custo quanto em relação às insuficiências de detalhamento de projeto, e as necessidades reais da obra dentro do canteiro, é preciso de salientar que os pagamentos da obra até aqui procedidos dão-se de serviços efetivamente realizados, mediante medições acompanhadas rigorosamente pela equipe de fiscalização da nossa Secretaria de Obras, os quais, num eventual cenário de nova licitação, restarão apropriados ao prédio da Usina, ou seja, serão reaproveitados. Tudo que foi executado, até então, foi controlado, foi acompanhado e num caso de uma eventual nova licitação será aproveitado.

Em termos de recursos necessários à obra, o financiamento da CAF salvaguarda a reforma da usina, independentemente se permanecermos com o atual contrato ou se procedermos com uma nova licitação, porém é preciso destacar que o financiamento da CAF vem sendo prorrogado, esse fato pode acarretar um grau de risco em relação à permanência da disponibilidade desses recursos para essa obra. É preciso destacar também que, desde o início da atual gestão, trabalha-se forte com o intuito de entregar a obra da Usina ao uso da população no ano da comemoração de dois séculos e meio de Porto Alegre. Essa apresentação foi sucinta, só para que a gente pudesse estabelecer uma linha do tempo e uma racionalidade para melhor compreensão, obviamente nós estamos aqui abertos a encaminhar as respostas dos eventuais questionamentos.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Obrigada, engenheiro Baú. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Sra. Presidente; senhoras e senhores vereadores; meu querido secretário Gustavo Ferenci; nosso secretário da Cultura que tem o nome difícil, Gunter Axt, mas é um querido secretário; secretário Baú; Mendes Ribeiro que falou aqui inicialmente e todos que se pronunciaram. Eu sou de obra, também sou de obras, trabalho com pedras, sou um pedreiro, e não ficou difícil de entender o que aconteceu. O projeto de R\$ 40 milhões, se tinha dinheiro só para R\$ 11 milhões, e aquilo que eu entendi e dá para se verificar é que não se gastou nem um centavo a mais do que foi contratado, e tudo que foi contratado foi medido à exaustão com muito critério. Então o que se gastou está lá. Eu até acho, eu não entendo muito de direito administrativo e muito menos de licitação, que o que está pronto está pronto e bem-feito e tudo que nós formos fazer agora pode ser feito uma nova licitação, não tem



problema nenhum, eu acho que está muito claro isso, se faz licitação daquilo que está faltando. Eu não sei, sinceramente, se dá para prometer isso, como é uma obra difícil, prometer para os festejos dos 250 anos, mas é melhor fazer bem-feito com muito critério do que ter pressa de entregar no ano que vem. Pedro Ruas, V. Exa. ajudou, colocando esse assunto na discussão, tanto o prefeito Melo quanto eu, que me considero seu amigo, achamos que foi uma contribuição da oposição, do líder da oposição, para que se debruçasse amiúde do que foi o projeto, que é de um filho de um grande político aqui do Rio Grande do Sul, do Clóvis Ilgenfritz, arquiteto, arquiteto que fez o projeto. Então, desde a concepção até agora, na execução de dois ou três governos, de um governo, isso não importa, porque não tem objeto de “Ah! Gastou mal”. Não. Se gastou o que tinha para gastar só e, para não perder dinheiro do financiamento da CAF, se fez aquilo que se podia fazer e se fez bem-feito, aquilo que está lá está bem-feito, só que não está completo. A Usina, Ver. Pedro Ruas, não tem o perigo de alguma empresa privada querer se adonar. Eu vou dar um exemplo, e mesmo que se adonasse, o exemplo do Santander Cultural, aquele prédio maravilhoso, é um prédio do banco, mas é um belo de um espaço público, porque lá é público, sim, não se paga ingresso para entrar, é muito bom, e o inverso - eu não sou advogado e certamente poderei me socorrer de V. Exa. que é um excelente advogado, brilhante advogado -, a usucapião não dá para fazer de um privado em cima de um prédio público, mas de um prédio privado público pode fazer. Então não há risco nenhum de alguém ou de alguma instituição ficar com esse prédio, não tem perigo. E nós vamos precisar fazer, isso é um símbolo da cidade. Nós temos que fazer que se termine essa obra, cuidando o gasto, que seja bem-feito, se é 11, se é 13 ou se é 20, o arquiteto que fez o projeto achou que se devia gastar R\$ 40 milhões com tudo, com móveis, com ar-condicionado, com quarta laje, com estrutural, tudo. Eu não vou discutir o projeto do arquiteto, mas não tinha dinheiro, e, se não tem o dinheiro e tem um dinheiro disponível, vamos gastar bem esse dinheiro que estava disponível. E foi o que se fez, a Usina do Gasômetro, a parte que já foi executada precisaria ser executada de qualquer maneira, se fosse no completo ou não. Então eu quero agradecer a quem expôs aqui, engenheiro Baú, V. Exa. é um servidor da Prefeitura de Porto Alegre, funcionário público exemplar, e a Presidente Mônica, que está presidindo os trabalhos, teve a sorte de tê-lo como diretor, e eu acredito muito na sua competência, na sua seriedade e compromisso de um servidor público que cuida e zela pelas coisas do Município, da coisa pública. Eu acho que é simbólico isso de termos ele como secretário adjunto para cuidar desses gastos, para cuidar da estrutura, para cuidar da qualidade da obra, e isso nós vamos perseguir até o fim. E eu acho, essa é opinião minha, não falei com prefeito, não falei com nenhum dos secretários, mas é opinião minha, o que não se pode colocar na frente é a data da inauguração, vamos ver o que nós temos, se tiver que fazer uma outra licitação, vamos fazer outra licitação, mas não vamos colocar data ali na frente para depois não ficarmos dando explicação do porquê não deu. A obra é importante, a cidade quer a Usina do Gasômetro inteira, com condições, com segurança e, principalmente, à disposição da população de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Giovane Byl está com a palavra.

**VEREADOR GIOVANE BYL (PTB):** Boa tarde, Presidente; boa tarde, senhoras vereadoras e senhores vereadores; público que nos acompanha; secretários; nossos amigos; estamos acompanhando o trabalho de vocês. Eu queria deixar rapidamente aqui, dizer que, primeiro, lá por 2012, no Orçamento Participativo, Ver. Janta, nós, lá na região, éramos muito críticos à orla do Guaíba por se pensar no montante de investimento que estava sendo investido, e as vilas não estariam recebendo tanto valor como aquela obra. No primeiro ano da orla, eu me dobrei para importância da obra, para importância da orla do Guaíba quando eu comecei a ver os moradores lá do Mário Quintana dizendo: "Esse final de semana, eu não vou para o Chico Mendes, nós vamos para a orla", ver a gurizada saindo da vila e indo para a orla. Eu acabei me dobrando e hoje eu entendo que a orla é um espaço democrático da cidade que, sim, o povo da periferia, quando tem condições, às vezes, é o passeio do mês, mas o nosso povo da comunidade também usufrui a orla do Guaíba. A Usina do Gasômetro, para mim, particularmente, tem uma importância muito grande, porque eu me lembro da Usina do Gasômetro nas bienais que tinham, quando, lá na Escola Municipal Victor *Issler*, nós vínhamos em passeio escolar aqui para o Centro para participar das bienais, por vezes, nós conhecíamos a estrutura da Usina do Gasômetro. O que eu quero dizer com isso, a Usina do Gasômetro é importante, sim, para a nossa cidade. Secretários, eu aqui confio na competência, na seriedade, na transparência que vocês estão levando esse projeto, que já pegaram, como se diz por aí, a obra andando. Então tenho certeza da competência de vocês, projeto, infelizmente, no Brasil, o preço sobe, uma hora sobe, quem faz obra sabe. Então eu aqui, como vereador, quero dizer que estarei em cima, estarei fiscalizando, quero estar em cima, mas eu confio na transparência, na competência, secretário Mendes, de que vocês vão levar, sim, a importância de ter a obra. E, como diz o líder Idenir Cecchim, sem onerar, onerando o mínimo possível a população e entregando algo de qualidade, não é porque a gente está nos 250 anos que também precisa correr e entregar algo de qualquer jeito que, lá no futuro, precise de manutenção. Obrigado pela presença de vocês virem aqui ao Legislativo prestar esclarecimentos, essa é a democracia que eu acredito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver<sup>a</sup>. Cláudia Araújo está com a palavra.

**VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD):** Boa tarde, Presidente Mônica Leal, cumprimento secretário Gustavo Ferenci; secretário da Cultura Gunter; Pablo Mendes Ribeiro, secretário de Obras; o Baú, e todos que estão conosco; vereadores e vereadoras; público que nos assiste. A Usina do Gasômetro, até tem aqui uma trajetória da Usina do Gasômetro, mas é muito longa, então eu até nem vou...

Depois eu vou tirar, se alguém quiser um histórico que é bem interessante, a história é lindíssima da Usina do Gasômetro, como começou. É um prédio histórico de 1928 e faz parte da história de Porto Alegre, passando hoje pela sua maior reforma. Em novembro, vai fazer quatro anos que ela está fechada, com as portas fechadas, sempre foi um espaço cultural, um espaço de feiras, de visitas, inclusive por muitos anos, eu carreguei sacolas, vendi roupa, e fazia feiras na Usina do Gasômetro. Então era um espaço onde tinham muitas pessoas, onde tinham artistas, onde nós tínhamos uma grande diversidade de pessoas circulando e que faz muita falta para nossa cidade. Hoje estamos numa belíssima construção através do trecho 1 da orla que foi feita a concessão, será entregue a trecho 3, em breve também. Então temos grandes movimentos de construções e melhorias para nossa cidade, e a Usina do Gasômetro não pode ficar de fora dessa bela construção. Nós não podemos também deixar de levar em conta os cuidados para a execução dessa obra, para que nós tenhamos segurança, e eu tenho certeza que tudo será realizado de forma a garantir essa melhor condução. A ideia é de que a Usina do Gasômetro volte a ter vida às vésperas do aniversário de 250 anos de Porto Alegre, mas, como bem disse o Ver. Cecchim, se isso não for possível, nós vamos levar o tempo necessário e indispensável para que essa obra seja feita, essa reforma com segurança para todos nós da cidade de Porto Alegre. Tenho certeza de que essa gestão tem responsabilidade, tem cuidado, tem transparência e não deixará dúvidas quanto à idoneidade da obra. Tenho certeza também de que o prefeito Melo tem como missão devolver a Porto Alegre este espaço que é de todos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia está com a palavra.

**VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Boa tarde Ver.<sup>a</sup> Mônica que, no momento, conduz esta sessão, boa tarde colegas vereadores, público que nos assiste, mas muito pessoalmente boa tarde ao secretário de Obras, Mendes Ribeiro; ao secretário de Cultura, Gunter Axt; ao secretário de Transparência, Gustavo Ferenci e ao nosso secretário-adjunto Rogério Baú. Eu vou ser muito sucinta e não vou usar palavras rebuscadas, mas vou exemplificar de uma forma muito tranquila o que acontece hoje na Usina do Gasômetro. É parecido quando nós queremos fazer uma reforma na nossa casa, bem simples. Quando nós vamos reformar, eu não vou botar a casa porque é muita coisa, vamos botar uma cozinha na nossa casa, a gente busca um arquiteto, um engenheiro e eles fazem aquela coisa linda, Vereador Ramiro, que a gente adora, que a gente quer. E aconteceu assim com a Usina do Gasômetro, um arquiteto fez o melhor, colocou tudo de melhor, colocou coisas a mais, colocou coisas importantes, mais o lindo Vereador Cecchim, e na nossa casa a gente dá uma olhada no bolso e vê que aquele projeto não cabe, e a gente começa a recortar, tirar algumas coisas da nossa reforma para que a reforma aconteça, porque ela urge, porque ela é necessária, porque nós não podemos mais perder tempo de deixar a nossa cozinha caindo aos pedaços. E

me parece que na Usina do Gasômetro foi mais ou menos parecido. E eu estou fazendo aqui uma metáfora, secretário Gustavo, para que as pessoas que tenham um pouco de dificuldade possam entender, na vida real, como a coisa acontece, só que no público. A Usina do Gasômetro foi projetada para ser o *the best*, o melhor nessa reforma, só que o poder público viu que, quanto ao valor daquela reforma merecida, não tinha todo aquele dinheiro. Vamos cortar algumas coisas, e assim aconteceu, foi feito um edital e, o governo, na época, disse: "Olha, nós podemos investir." E eu não vejo que seja um gasto um patrimônio cultural, de acordo com Usina do Gasômetro, que inclusive me parece que é tombada pelo IPHAE não pode ser deixada ao léu nem a nossa cozinha, vamos voltar para a cozinha, não pode ficar demolida, nós precisamos dela. Então nós colocamos a reforma dentro do que cabia, dentro do bolso, dentro do nosso orçamento. Eis que a pandemia chega, eis que, quando nós planejamos uma reforma na nossa casa, o arquiteto vai lá, o pedreiro vai lá e nos dizem que vai custar X, e a gente acredita. Quem nunca fez uma reforma na sua casa? E vai levar 30 dias. Nunca acontece assim. Geralmente é mais do que o valor orçado e quase sempre aqueles 30 dias se multiplicam por mais 30, por mais 30, por mais 30 e a gente vai levando. No setor público, Vereador Gilson, é pior, porque muitas vezes tem outros impedimentos, outros percalços da vida pública, Vereador Pedro Ruas, e que o senhor conhece muito bem, que impedem que aquele patrimônio que foi orçado com o valor X, que foi atrasado por um tempo real não aconteça. E eu acho que foi muito bem explicado aqui, nessa cronologia feita pelo secretário adjunto de Obras, Rogério Baú que é funcionário público, engenheiro, concursado da Prefeitura e que aqui está trazendo o que de real aconteceu. Às vezes, no afã de criar alguma demanda, algumas pessoas e, principalmente, alguns jornalistas que não se atêm a tudo que acontece, jogam palavras que ficam mal escutadas no ouvido da população, mas bastava aquele jornalista perguntar um pouquinho mais. É que, às vezes, no afã de aparecer mais na imprensa, por parte de alguns jornalistas, fazem com que aquilo fique falado ao léu, uma *fake news*, uma verdade mal falada, uma mentira mal contada que, às vezes, no ouvido das pessoas tantas vezes repetida, tantas vezes mastigada vira verdade. Que bom que o prefeito Sebastião Melo, que o vice-prefeito Ricardo Gomes são homens íntegros, são homens realmente regidos pela legalidade, e tenho certeza de que nenhum deles, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, Ver. Cecchim, vai querer fazer uma obra para logo ali adiante ter algum apontamento por parte do Tribunal de Contas. E a obra pública a gente sabe que demora, uma obra pública como um patrimônio tombado, pelo IPHAE demora um pouco mais. E aqui temos os secretários que, com toda a transparência, vieram aqui fazer a explicação e que deixam aberto para perguntas de todos e de qualquer vereador que tenha dúvidas. Muito obrigada pela explicação e parabéns pelo trabalho.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** O Ver. Pedro ruas está com a palavra.

**VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL):** Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal que preside esta sessão, é uma alegria tê-la sempre na presidência, meus caros secretários Pablo Mendes Ribeiro, Gunter Axt, Gustavo Ferenci, saúdo também a presença de engenheiro Baú, todos vocês são muito importantes aqui na Casa e devem receber o tratamento fidalgo que esta Casa tem que oferecer aos governos e aos representantes do povo, minha cara Neiva Lazzarotto. Mas vereadoras, vereadores, o que ocorre quando nós examinamos um caso como esse? O Ver. Ramiro sugere que eu tire uma das máscaras, vou tirar só uma, fica melhor, um pouco. Bem, o que ocorre num caso como esse, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal? A nossa obrigação, nós somos legisladores e fiscalizadores, é a nossa função e fomos eleitos para isso. Eu nasci e me criei em Porto Alegre, tenho 65 anos de cidade, portanto; esse é meu sétimo mandato, considerando um estadual, por Porto Alegre e conheço esta cidade e a Usina do Gasômetro. Por que a Usina do Gasômetro? Porque ela foi criada, vejam bem, nossos queridos estudantes que estão aqui também, em 1928 por uma empresa chamada Eletric, Bond & Share Co., que era uma concessionária da Light. Essa empresa explorava, Gusmão, o serviço de energia em Porto Alegre, e assim foi durante muitas décadas, até que o avô do Pablo conheceu muito bem o Dr. Brizola, o pai da Mônica Leal também, e eu que sou mais velho que vocês todos juntos conheci muito pessoalmente o Dr. Leonel Brizola, governador do Estado, ele encampa a International Telephone and Telegraph, criando a CRT e encampa a Bond & Share, criando a CEEE, que era uma companhia elétrica rio-grandense, antes de meia tigela e virou uma potência. Exatamente ali, exatamente ali, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal. Então eu conheço muito a Usina por conta da história do brizolismo ali, o que me orgulha muito, por sinal, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia. Quando ocorreu, lá em 2015, esse projeto, o governo Marchezan, vejam bem, eu quero fazer uma comissão parlamentar de inquérito para saber tudo que aconteceu e não estou apresentando, meus líderes Aldacir Oliboni e Bruna Rodrigues, não estou apresentando aqui rol de culpados, não é nada disso, mas é nossa obrigação fiscalizar. Vejam bem, o primeiro contrato de 2017 custou ao erário municipal R\$ 11.449.000,00. Esses são os dados que temos, R\$ 11 milhões, secretário Gunter. Aí, não concluída a obra, a empresa Rac Engenharia, responsável pela referida obra, Ver. Ramiro Rosário, pede um termo aditivo de R\$ 8 milhões. Em primeiro lugar, nós temos em vigor a Lei Federal nº 8.666, somente pode aditar até 50% do valor original. Não tem como, já seria um absurdo concordar com os R\$ 8 milhões. Segundo o próprio Secretário de Cultura, precisariam mais R\$ 3 milhões em mobiliário. Mas o que estamos falando? Eu vou dar um exemplo para vocês do Município de Porto Alegre. Eu estive com a diretora-presidente da FASC, a ilustre Cátia Lara Martins, uma pessoa extraordinária, com uma dedicação fantástica à causa pública, assistente social, porque estamos tratando do aumento de distribuição de cestas básicas em Porto Alegre. Porto Alegre distribui, minha amiga Dani, 10 mil cestas básicas, por mês, quando a demanda é de 50 mil. Eu fui ao Tribunal Justiça, eu fui ao MP, eu fui o Tribunal Regional do Trabalho, eu fui ao Tribunal de Contas, eu vim à Câmara Municipal, no Presidente Márcio, pedir auxílio ou Município. Vereadora Mônica Leal, que já foi secretária de Estado, como eu também, aliás eu fui secretário de Obras, eu quero falar sobre isso agora. Quanto a Prefeitura gasta por mês com cestas básicas – Ver.<sup>a</sup> Bruna

Rodrigues, que é uma lutadora dessa causa – R\$ 1.300; são 10 cestas básicas, a R\$ 130,00 cada. Esse é o limite do Município: R\$ 1.300; 10.000 cestas básicas. Bem, então, eu tenho limite, estou na mesma cidade onde a FASC que tem um limite de gastar para manter vivas essas pessoas – nós estamos falando em segurança alimentar. Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, eu sei que V. Exa. dá muita importância para isso, e todos vereadores e vereadoras dão aqui. O limite mensal é de R\$1.300 é para alimentar as pessoas e nós estamos falando em R\$ 8 milhões, mais R\$ 3 milhões; mais R\$ 3 milhões que já foram gastos em janeiro, secretário Pablo. Eu fui secretário de obras do Estado, no governo Olívio Dutra, eu nesse tema modéstia parte, fui secretário de obras e saneamento do Estado; não é simples lidar com empreiteiros, eu sei que não, é muito difícil, tem que ter muito cuidado, muita cautela. Aliás, dizem que não tem empreiteiras no céu por causa disso. Então tem que ter muita cautela, nosso papel fiscalizar e até onde eu sei, nada disso ocorreu no governo Melo, Gustavo, nada disso. Até onde eu sei isso tudo se desenvolve entre 2015 – essa parte que nós encaminhamos agora – e 2020; são os dados que eu tenho: entre 2015 e 2020, são os dados públicos. Quem não deve não teme. A nossa obrigação é fiscalizar, esclarecer, repito: nós estamos na capital onde R\$ 1.300 é o máximo que pode gastar com cesta básica alimentar. Então pode gastar quanto com usina? Oito milhões, mais R\$ 3 milhões: R\$ 11 milhões; mais R\$ 3 milhões: R\$ 14 milhões; mais R\$ 11 já gastos, R\$ 25 milhões, é isso? É desses valores que estamos falando? Concluo por aqui, Presidente, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, dizendo que é nossa obrigação fiscalizar; nós vamos cumprir a sua obrigação, ninguém está apontando culpados. O Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, sabe da nossa posição, da nossa responsabilidade, mas nós temos que ver, por que até por engano alguma coisa muito errada aconteceu, e não foi neste governo, provavelmente não por todas as datas que temos.

Eu queria fazer esse registro do nosso interesse e do nosso compromisso com essa causa na capital dos gaúchos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Boa tarde senhoras e senhores vereadores, membros da sua casa; público que nos assiste por meio da TVCâmara, da nossa rádio Câmara; público das galerias, públicos que nos assiste em casa e nas plataformas digitais, queria saudar aqui meu ex-colega e colega porque é suplente, Mendes Ribeiro, um amigo, é um querido que hoje está nessa função de entregar, para a cidade, demandas que a cidade quer. O secretário Gustavo está cuidando das nossas tecnologias da nossa cidade principalmente do 156 e tudo o que possa vir; o secretário Gunter que vem de Santa Catarina para cá para trazer todo esse conhecimento cultural,

esse desenvolvimento cultural; e o Baú com várias referências foram feitas aqui da sua capacidade como o servidor do Município de Porto Alegre, que já prestou o seu serviço nesta Casa mas sempre tem ajudado a cidade de Porto Alegre.

Esse tema das obras Ver. Pedro Ruas, o senhor fez uma explanação concreta aqui geralmente a comparação não seria igual, mas eu mesmo fui fazer uma obra na minha casa no ano passado, a expectativa era uma e virou outra. Eu não tenho que fazer licitação, eu posso parar, posso não parar, e uma obra em um prédio já construído, ainda mais num prédio como é a nossa Usina do Gasômetro lá dentro tem surpresas. Não estou aqui dizendo que nós não temos que olhar com lupa todas essas questões, mas eu estou dizendo que nem sempre é questão dos gestores públicos, muitas vezes pode ser até das empreiteiras, como o senhor falou, mas nós temos que ter em conta que nós exigimos do poder público a entrega para nós dos espaços públicos e que sejam públicos, que sejam gratuitos, que sejam entregues para as pessoas. Isso tem um custo. O governo Melo poderia simplesmente, ao assumir, transformar toda essa questão da Usina uma PPP – parceria pública-privada – que entrega, com certeza teríamos um ingresso para entrar na usina, em algumas atividades usando até a torre da Usina, mas a opção que se fez foi de a Usina do Gasômetro – aquele prédio, aquele simbolismo da cidade de Porto Alegre, que divide junto com a figura do gaúcho do Laçador no aeroporto da cidade, o símbolo da nossa cidade – tem que ser público, tem que ter o acesso às pessoas. É lá que foram feitas várias edições do Fórum Social Mundial, é lá que as entidades quando fazer um encontro, um congresso, um seminário usinas; é lá que a economia solidária usa; é lá que é feita a feira dos povos, é de lá que saíam até os passeios de barco antigamente; é naquela usina em que é feita a programação do calendário do Sumaré de Porto Alegre; é a usina do povo de Porto Alegre. A usina ou é pública e privada, ou é pública, e a nossa opção foi que ela fosse pública. Agora nós não podemos entrega-la pela metade. Se quem fez lá atrás não licitou tudo que precisava, quem fez lá atrás não viu realmente o estado em que se encontravam as estruturas, não viu realmente a necessidade que foi demonstrada aqui de mudar piso... hoje mesmo na reunião da Mesa – Ver.<sup>a</sup> Laura, que estava presente – nós discutimos a questão dos gabinetes dos vereadores, e falou o diretor da Casa de trocar piso é nós dissemos que piso não precisa trocar o piso, daqui a pouco vem uma surpresa, Ver. Felipe Camozzato, que vai precisar trocar o piso. Nós olhando, não somos engenheiros, achamos que não precisa mexer no piso, nós temos que mexer mesmo é na cobertura dos gabinetes, na divisória dos gabinetes, nenhum de nós aqui é engenheiro. Então só para dar um pequeno. Eu acredito que a Prefeitura, assim como nós temos a nossa obrigação de fiscalizar, eu acredito que os órgãos competentes estarão fiscalizando, e eu acho que nós temos que ficar atentos fiscalizando essa obra que é, volto a dizer, da cidade de Porto Alegre. Uma obra que vai ser entregue para a população de Porto Alegre, e nós temos que realmente cuidar dos gastos e cuidar principalmente da entrega dessa obra pública para que seja entregue para o povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente, Comandante Nádia.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Povo de Porto Alegre que nos ouve nos assiste; colegas vereadoras, vereadores; secretariado presente, obrigado pela presença, por virem até a Casa do Povo, sintam-se acolhidos, esta é uma Casa plural, de todas e todos, e é fundamental que se debata nesta cidade e o dinheiro do povo, o destino do dinheiro do povo.

Esta cidade arrecada R\$ 22 milhões diariamente, para onde vai esse dinheiro? Não está virando educação, não está virando saúde, não está virando cultura. Inclusive tem algumas pastas que o governo municipal diz para os secretários se virarem, buscarem, irem atrás de recursos. Como assim? Se o prefeito é quem faz a gestão do caixa da Prefeitura, tem uma inversão de prioridades na cidade e isso não é positivo.

Eu quero lembrar daquelas obras da Cristóvão Colombo, lá na Ceará, na Anita, os governos as vendiam como a maior maravilha, tudo planejado, organizado, bem licitado e foi o que deu: muito mais tempo para executar, muito mais dinheiro do que havia sido previsto, e aquela chamada iniciativa privada, contrapartidas, na verdade, eram farelos, porque as obras eram caras.

Não posso deixar aqui de fazer um comparativo: nós estamos aqui trabalhando com a ideia da Usina do Gasômetro, que começa em R\$ 12 milhões e agora já querem R\$ 8 milhões a mais para concluir. Alguém errou, alguém fez algo muito mal feito – acho que faltaram técnicos aí. Antecedeu-me aqui a vereadora vice-líder do governo e ela disse: “olha está aqui um servidor de carreira” – bom, agora, os servidores de carreira testa-de-ferro servem; agora eles servem, agora servidores concursados servem. Senão, é só ataque aos servidores concursados; eles não prestam, eles não valem nada, eles não merecem aposentadoria digna; não se merece concurso público, mas agora que a coisa está apertada, está difícil de se resolver, vem a público porque não é em vão, nós temos aqui não é um secretário, nós temos aqui quatro secretários para um tema que deveria ter sido resolvido de forma muito tranquila. O governo anterior era só bravatas, esse é o fato real. Esse é o fato real: vendeu gato por lebre em um monte de áreas. Vou dar um exemplo, nobres secretários que não é da pasta de vocês: a EMEI Max Geiss está fechada, crianças estão sem aulas; na Escola de Ensino Médio aqui perto, Emílio Meyer, chove mais dentro do que fora recorrentemente há muito tempo – governo anterior. Então eu pergunto: quais são as prioridades? Quanto tempo mais nós vamos esperar a Usina do Gasômetro? E uma questão eu trago aqui, porque tanto tempo? A pandemia não é a justificativa porque o setor de obras parou pouquinho durante a pandemia, os operários da construção civil pararam um pouquinho, então, isso não é justificativa. Podemos justificar: subiu o petróleo, daí os insumos, o aço subiu, mas agora desceu de novo. Então vamos fazer o recálculo: o aço subiu e desceu, desceu muito, tanto é que a bolsa de valores está lá embaixo, por que essa crise, essa quase explosão da bolsa de valores chinesa, de novo a construção civil afundando a economia mundial. Mas isso tem repercussão agora nos cálculos, são questionamentos



que eu trago. E mais do que isso, eu quero aqui debater projetos, nós precisamos de responsabilidade com dinheiro público. Nós precisamos de responsabilidade com o dinheiro público. São os projetos, o chamado falso barato: "Ai, eram R\$ 40 milhões; nós não tínhamos todo esse dinheiro, R\$ 20 milhões..." Mas como é que tinha, no ano passado, o governo Marchezan, Ver. Claudio Janta, R\$ 39 milhões para os empresários de ônibus? E neste ano, o prefeito deu R\$ 16 milhões para os empresários de ônibus da capital, e não tem o dinheiro para Usina do Gasômetro? Então, acho que tem que discutir com o povo, Ver. Oliboni. Orçamento participativo - o povo decide para onde vai o dinheiro. Quando só os políticos decidem, os técnicos ficam em apuros. Tem um técnico aqui em apuros porque os secretários decidiram no passado; os políticos estritamente. Por isso temos que valorizar os servidores públicos de carreira, eles entendem e temos que ouvi-los, ouvi-los sempre, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, porque eles têm o conhecimento e eles estão aqui para ficar até o fim da carreira, nós estamos de passagem, nós temos que ouvi-los para a gente não errar, como políticos. Obrigado pela presença, secretários. Sintam-se cumprimentados, sintam-se sempre acariciados aqui nesta Casa do Povo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Nádia. Quero cumprimentar os colegas vereadores e secretários aqui presentes, o secretário Gustavo, Gunter, Pablo e também o Baú. É um prazer recebê-los aqui nesta Casa. Quero cumprimentar também o público que está nos acompanhando das galerias e pela TVCâmara. Acho importante pontuar duas questões aqui, e até conversava com o Ver. Matheus Gomes, a primeira delas é que me parece claro que houve um erro nesse processo, e esse erro foi muito bem exposto aqui. E também, além de pontuar que houve um erro e que ele foi muito bem exposto, pontuar também que é muito legal, muito saudável, muito meritório que viesse todo esse time do Executivo aqui para explicar justamente a linha do tempo, porque é que esse erro cometido, e, especialmente, quais são as ações estão sendo tomadas para que isso não se repita e para que os rumos sejam corrigidos, obviamente que respeitando o dinheiro do cidadão porto-alegrense. Eu acredito que - e aí obviamente que vai da minha filosofia liberal - a gente deveria inclusive vender a Usina do Gasômetro, além de que ela é patrimônio histórico-cultural, poderia ser preservado, como condição de venda, e um privado trataria melhor, e inclusive nos pouparia de ter que ficar discutindo coisas como essa que a gente está discutindo agora. Mas eu sei que essa é uma visão minoritária, é uma visão particular minha, e respeito, acho que uma concessão do espaço e administração poderia também ser muito bem-vinda. Enfim, como não é o caso, como nós estamos discutindo aqui do fato concreto de um erro na fase de projetos, e justamente o que foi licitado sem condições de fazer execução naquilo que se pretendia, então agora pedir justamente que

hajam as devidas diligências e esclarecimento do porquê o processo ter dado errado e como é que deve se encaminhar a correção é justamente a medida adotada que eu considero correta. E aí eu quero saudar especialmente o Baú, que está aqui presente conosco, que está responsável pessoalmente por todo esse processo diretamente ligado à reforma da nossa Usina do Gasômetro, e dizer também que me causa não vou dizer uma esperança ou um sentimento de otimismo, porque nós estamos identificando e corrigindo isso a tempo, especialmente para não prejudicar aquilo que vem sendo a tônica do cidadão de Porto Alegre para com a sua orla. Porto Alegre voltou a se encontrar com a orla do Guaíba, voltou a ficar de frente para o rio, temos o Cais Embarcadero, temos o trecho 1da orla já inaugurado, o trecho 3 às vésperas de ser inaugurado também, ou seja, estamos nos reconectando. E obviamente que qualquer inconsistência, irregularidade na Usina do Gasômetro macularia esse novo tempo que nós estamos vivendo de reencontro, de lua de mel com o nosso Guaíba. Então é obviamente desejável que não só essa obra prossiga, possa ser concluída como possa ser também entregue o mais breve possível para a população poder usufruir, quem sabe aí na comemoração, na celebração dos nossos 250 anos. É o que a população deseja, é aquilo que todos nós vereadores esperamos e, obviamente, essa relação de transparência e proximidade, de poder dialogar e ouvir diretamente de vocês secretários e do governo as explicações para aquilo que apresenta claras inconsistências é fundamental. E é papel do Legislativo poder não só mostrar aquilo que está desconfortável, aquilo que está incorreto, como também demandar. Caso o Executivo, como já foi no passado, não tenha a predisposição de vir por sua iniciativa, nós possamos fazer com que os esclarecimentos sejam feitos. Que bom que não foi preciso isso, que bom que o Executivo se antecipou, veio de pronta vontade, antecipou justamente essa demanda aqui da Casa e nós possamos esclarecer isso tão breve possível para a população. Então, agradeço a presença de todos vocês, agradeço pelas informações e desejo que possamos corrigir esse rumo e que a obra seja efetivamente entregue. Uma pena que nós não pudemos, na época das licitações, ter já um entendimento mais robusto daquilo que estava se fazendo de incorreção, especialmente dos seus projetos. E acho que hoje, com o arcabouço de legislação que nós temos e também pelo amadurecimento da forma de lidar com os próprios municipais tombados, nós já temos condições de não repetir esses erros. Esperamos então que o Executivo siga no seu processo de desenvolvimento de seus trabalhos e, obviamente, que a gente não tenha que, novamente, sentar aqui para discutir algum erro conduzido ao longo do processo. E obviamente que eu não quero aqui fazer inferência ao governo A, B ou C; acho que população não se interessa muito em saber qual foi a gestão, mas, sim, que a coisa errada precisa ser corrigida e que aquele próprio municipal possa ser efetivamente devolvido para todos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Saúdo a Presidente dos trabalhos, Ver.<sup>a</sup> Nádia; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. De modo especial saúdo os nossos convidados, o nosso ex-colega Ver. Pablo Mendes Ribeiro, que hoje é secretário municipal de obras e infraestrutura, bem-vindo à nossa Casa novamente; secretário Gunter, que é secretário da cultura de Porto Alegre; secretário Gustavo, que é secretário da transparência e controladoria. Queria dizer ao nobre secretário de transparência que o primeiro projeto criando o *site* Transparência Porto Alegre na Câmara e na Prefeitura foi de autoria deste vereador, sancionado pelo então prefeito José Fogaça. Saúdo os colegas e grandes lutadores estudantes que lutam pela manutenção do meio passe, minhas saudações, bem-vindos à Casa; cidadão e cidadãos que acompanham a nossa sessão nesta tarde. Esse assunto é muito delicado, mas muito delicado. Primeira licitação: R\$ 12 milhões, ou R\$ 12,5 milhões. Na segunda: R\$ 13 milhões. Poderá ir para uma terceira licitação, mais R\$ 8 milhões e mais R\$ 3 milhões, se eu não me engano, que são dedicados ao mobiliário. Ao menos foi isso que saiu na imprensa, que saiu nas mídias da nossa Porto Alegre. O Ver. Janta citou o assunto seguinte: continuará pública ou será devolvida para a população? Meus nobres três secretários, é com todo o respeito que eu me dirijo a Vs. Sas., ela será mesmo devolvida para a comunidade, uma vez que o conselho das PPPs já aprovou a concessão de privatização? Foi neste governo. O Conselho das PPPs do prefeito Sebastião Melo aprovou, em reunião do conselho, a cedência da Usina do Gasômetro para a exploração, para uma concessão e exploração comercial, reservando algumas datas para a população. Eu acho que daí têm nexos duas questões: a primeira é que o governo faça sindicância. É pertinente! É pertinente por duas questões: primeira para saber para onde foram os R\$ 12 milhões, ou R\$ 11 milhões e pouco; o secretário falou aqui. A segunda: se, de fato, o custo dessas pequenas reformas de paredes e divisórias, que foram colocadas aqui, corresponde de fato a R\$ 8 milhões. E no mobiliário R\$ 3 milhões - ver, de fato, o que está incluído nesse mobiliário. É uma precaução, e eu aí concordo com o prefeito, que a precaução para não cair num conto de fadas, eu diria, é exatamente ver o custo operacional disso que está sendo, em tese, licitado ou solicitado. Porque nós, pessoal, quando foi feita a primeira obra da Usina do Gasômetro e com relação àquele espaço foi dito: "Agora a população tem um espaço para todos!" A Usina do Gasômetro vai continuar sendo dos pobres ou vai ser um Araújo Vianna, onde se paga R\$ 400 por ingresso? E eu não estou aqui dizendo que não vai ser. Eu quero que o governo diga que, embora gastando R\$ 92 milhões para projeto de infraestrutura para o povo de Porto Alegre, os R\$ 20 milhões da Usina do Gasômetro, de fato, sejam para o povo de Porto Alegre e não para uma meia dúzia de capitalistas que passarão a ter condições de ir num *show*, num evento cultural. Secretário da cultura, eu quero ver o senhor defendendo isso, porque eu sou um adepto da cultura e acho que a comunidade cultural de Porto Alegre tem que discutir, Gunter, tem que discutir, porque esse é o maior instrumento do processo democrático. A Usina, uma vez cedida ou não para o Município, e torcemos para que seja patrimônio do Município, porque até então é apenas uma renovação de convênio e assim vai, mas não podemos esquecer que o governo federal já disse que vai privatizar a Eletrobras. De que

forma teremos garantia? Aqui, os senhores não colocaram a garantia. O prefeito poderia nos dar, nobre Presidenta. Mas eu sei que inclusive ele foi a Brasília, está lutando para isso e terá o apoio da Câmara. Porque em todos os governos, desde os nossos, jamais se imaginava que um dia o governo federal iria privatizar a Eletrobras. E que esse instrumento que, em tese, é da Eletrobras, poderia um dia virar um *shopping* particular, privado. E vamos nos alertar para não acontecer em Porto Alegre. Nós temos unanimidade nessa questão, queremos a Usina para o povo de Porto Alegre, mas é muito, muito importante não só questionar os valores que são investidos, porque são recursos públicos; a Fundação Andina, esse financiamento é recurso público, e por isso deve ser devolvido à população. Bem-vindos, o nosso apreço e um forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra.

**VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB):** Presidente Comandante Nádia, meus caros colegas, eu não quero crer aqui que algumas falas de colegas vereadores estejam indo no tom de uma Promotoria de Justiça. Quero crer aqui que as falas, Ver. Oliboni, são falas de atuação parlamentar, de fiscalização, que devem ser feitas para que se possam trazer os devidos esclarecimentos aqui e pontuar quais foram os equívocos, quais foram os acertos, quais são as contas que eventualmente não fecham para que a cidade de Porto Alegre possa, engenheiro Baú, aí sim, buscar a solução e encontrar o melhor caminho para que se possa aqui corrigir eventuais equívocos e entregar uma Usina do Gasômetro reformulada, restaurada à população. E a presença aqui de todos os secretários, o secretário da transparência, a secretária da cultura, o secretário e secretário adjunto de obras demonstra que o governo está comprometido aqui em trazer com a maior transparência possível, com a maior clareza os dados para a discussão pública que deve ocorrer. Eu quero aqui reforçar uma questão, e vou muito na linha até do que o colega Camozzato antes colocou: eu acho que o grande equívoco da gestão Fortunati, lá em 2015, ao abordar a reforma da Usina do Gasômetro, ao buscar a captação de recursos para que se tivesse ali uma obra pública, este foi o grande equívoco, Ver. Oliboni, na minha percepção. Deveríamos ter feito lá atrás já, um edital, um processo de concessão ou de uma parceria público-privada que incluísse a reforma da Usina do Gasômetro, mantendo-a, obviamente, pública, restaurada, com acesso livre à população e não privatizada ao abandono, não privatizada hoje, talvez aos insetos, ao mau uso dela por algumas pessoas que infelizmente pudessem lá entrar quando ela estava fechada. O que eu acredito é que se nós tivéssemos feito como cidade lá atrás, o início de um processo de concessão de parceria público-privada, talvez essa discussão que está ocorrendo aqui hoje não tivesse acontecido, porque Porto Alegre, infelizmente, ficou com um trauma de mau planejamento, de obras inacabadas, de obras que se transformaram em verdadeiras feridas abertas na cidade e que muitas delas ainda hoje se perpetuam porque não se teve

o planejamento devido no momento do lançamento do edital. Isso inclusive, com apoio aqui de todos os vereadores que estavam na legislatura passada, nós buscamos, secretário Gustavo Ferenci, incluir dentro do ordenamento jurídico um maior planejamento através do nosso pacote contra a corrupção no seu artigo 3º, parágrafo II, que prevê que em todo o edital de obra pública, desde 6 de maio deste ano, quando a lei foi sancionada, deve constar como aquela obra acima de R\$ 5 milhões será mantida pelo período de uma década, inclusive com o detalhamento do seu planejamento de manutenção. Isso é algo muito raro no setor público brasileiro. Vivemos num país onde se planeja um ano e demora dez anos executando uma obra, enquanto deveríamos, quem sabe, planejar por uma década e executar em um ano, oferecendo menos prejuízos à população que uma obra inacabada acaba ocasionando na vida das pessoas. Portanto, muito além de discursos, já colocamos em prática no ordenamento jurídico, secretário Gustavo, uma ferramenta que poderá e já está contribuindo para que de alguma forma nós tenhamos um planejamento mais efetivo das obras públicas da nossa cidade, para que a gente force a máquina pública a refletir mais, engenheiro Baú, investir em bons projetos, em bons termos de referência, na qualidade de fiscalização, para evitar que nós tenhamos aqui tanto irregularidades como dúvidas também sobre os processos administrativos e eventuais acusações de possíveis desvios ou irregularidades, o que de fato não me parece ser o caso nem da gestão Fortunati, nem da gestão Marchezan, e nem da gestão Sebastião Melo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL):** Boa tarde a todas e todos. Cumprimento a presidente em exercício, Ver.<sup>a</sup> Nádia, e secretários presentes a essa discussão. Nós estamos diante de um tema muito importante, e nesse momento preocupante para cidade de Porto Alegre. Preocupante porque se trata de um patrimônio histórico de valor imaterial para nossa cidade que é a Usina do Gasômetro. Foram falados aqui alguns exemplos sobre obras residenciais. De fato, são coisas bem diferentes, mas acho que tem um aspecto que poderia se assemelhar ao tipo de discussão que nós estamos fazendo agora, que é, se eu orço uma obra dentro da minha casa e vou pagar R\$ 5 mil, num determinado momento chega numa conclusão que ela vai dar R\$ 10 mil, o mínimo que eu vou dizer para minha família é que deu problema, deu alguma coisa errada e que a gente vai ter que rever as coisas a partir daí. Então não dá para a gente vir aqui, subir nessa tribuna e fazer um discurso de que está tudo normal, que a gente vai conseguir resolver. Não, tem problema, nós precisamos saber os motivos que levaram a esse problema, e por óbvio, os responsáveis por esse problema. Esse é o método que nós devemos usar diante da situação que está posta com o tema da Usina, e é importante dizer: na verdade não se trata de uma mera reforma, porque com o Patrimônio Histórico tombado como a Usina do Gasômetro se faz um processo que é

diferente, Ver. Pedro Ruas, é um restauro, é uma perspectiva distinta de se pensar a organização do projeto, é óbvio que eu não estou falando aqui nenhuma novidade, mas é importante a gente valorizar isso porque nós estamos falando do patrimônio histórico do nosso Município, e nos parece que os vários elementos apontados no andamento da licitação, se não levaram isso em conta, subestimaram as possibilidades de se encontrar novos desafios no decorrer desse processo, e isso é problemático porque a gente está falando de dinheiro público e de uma obra que, bom, inicialmente estava orçada em R\$ 11,5 milhões, mais ou menos, com o aditivo assinado no início do ano, esse acréscimo de 22%, foi para perto de R\$ 14 milhões, e agora com o decorrer da discussão que nós estamos vendo nessa semana, são mais R\$ 3 milhões de mobiliário e mais R\$ 8 milhões que a empresa pediu. Ou seja, é um grave problema de desorganização na forma de gestão do dinheiro público que é do conjunto da população, e eu quero enfatizar essa discussão para a gente pensar não só Usina, mas o conjunto da orla. Primeiramente, no caso da Usina, indo para além do problema da reforma em si, mas que é parte desse debate que nós estamos fazendo, nos preocupa muito as declarações dadas nessa manhã pela secretária Ana Pellini, que já colocam a possibilidade de entrega da Usina em parcerias público-privadas - concessões que a nosso ver dão no mesmo que chamar de privatizações desse espaço - após a conclusão da reforma. Então é uma discussão que a população de Porto Alegre precisa fazer, porque o dinheiro público é investido, está sendo assim já nos diferentes trechos da orla do Guaíba, um dinheiro que foi investido através dos cofres públicos e vários dos seus pontos agora estão sendo entregues para a iniciativa privada, como é o caso que é escandaloso também, do estacionamento que está hoje ali cobrando R\$ 20 para a população poder deixar os seus veículos na orla do Guaíba e passear pelo lugar que é o principal ponto turístico da cidade de Porto Alegre. Nos preocupa que isso possa acontecer com a Usina do Gasômetro, que tem no seu passado recente inclusive, não precisamos ir muito longe, várias iniciativas que mostram a possibilidade de a Prefeitura e o Estado organizarem com a população, de forma democrática, a gestão e as atividades desse espaço. E é óbvio que aí tem um problema que é superior e precisa ser dito aqui: se a Usina não pertence à cidade de Porto Alegre, tem relação direta com a Eletrobras, o perigo maior é, nesse processo de privatização da Eletrobras agora, feito sei lá como, gerido por um governo que demonstra a cada dia que não tem condição de administrar questões centrais do País, e que num momento de crise energética vai privatizar a Eletrobras, dentro desse processo está a Usina do Gasômetro. Agora nós temos uma briga também para pensar o destino desse prédio que é da cidade de Porto Alegre por direito, a partir desse momento em que nós estamos discutindo esse investimento que é público em um prédio que não é da cidade. Bom, tem um problema aí, tem um problema grave, e por isso precisa ter investigação e precisa ter cuidado com o patrimônio histórico, cultural, e imaterial da cidade de Porto Alegre que é a Usina do Gasômetro. Então a proposta de ampliar a investigação apresentada aqui pela oposição vai no sentido de esclarecer a população de Porto Alegre, de democratizar a discussão sobre aquilo que é nosso, e a Usina do Gasômetro é nossa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O secretário Pablo Mendes Ribeiro, está com a palavra para suas considerações finais.

**SR. PABLO MENDES RIBEIRO:** Presidente Nádia, senhoras vereadoras e senhores vereadores, eu quero mais uma vez agradecer a oportunidade de estar aqui trazendo transparência a esse assunto tão importante para todos nós, porto-alegrenses. Quero dizer que ouvimos atentamente cada um dos senhores e das senhoras referente ao tema. Dizer ao Ver. Pedro Ruas que esse secretário não tem problema nenhum, vereador, porque esse é o papel de vocês, é legítimo, foram eleitos para isso, a gente entende o processo, não tem mágoa, não tem rancor, a gente apenas compreende, e é um dever como gestor público esclarecer aquilo que os vereadores têm alguma dúvida. Dizer ao Ver. Jonas que esse assunto é tão importante para nós também, do Executivo, vereador, que nós trouxemos o secretário fiscal do contrato, a Secretaria fiscal da obra; trouxemos o secretário da Transparência que é onde está se tratando da questão administrativa; e trouxemos, sim, o secretário-adjunto Eng. Rogério Baú, que é quem nos coordena na força-tarefa da Usina do Gasômetro. Por isso a importância de estarmos todos aqui, de cada um levantar o seu ponto de vista, para que vocês tenham maior conhecimento do tema; dizer ao Ver. Oliboni e ao Ver. Matheus, que o assunto que vocês trazem é um assunto importante, que merece discussão, mas que hoje, Ver. Oliboni, nós não estamos preocupados com a concessão, com a permissão, nós estamos preocupados em resolver o problema da obra da Usina do Gasômetro, e entregá-la para a cidade. Então eu queria aqui agradecer a fala de todos, nos colocamos à disposição, mais uma vez, sobre qualquer esclarecimento. Como disse o Ver. Felipe Camozzato, é importante o esclarecimento, e nós estamos abertos para tirar qualquer dúvida de vocês posteriormente. As secretarias estão abertas, eu sempre digo: nós não somos secretários da base, nós somos secretários de todos os vereadores, de toda a cidade. E a nossa missão é uma só, é melhorar a vida da cidade, é melhorar a vida dos porto-alegrenses. Então a minha fala de encerramento é esta, agradecendo mais uma vez a oportunidade, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, Presidente, de estar aqui esclarecendo e aproximando, cada vez mais, a Câmara do Executivo. Agora estão à disposição o Gunter, o Baú e Gustavo, se quiserem falar. A minha fala é de agradecimento e muito obrigado pela oportunidade de estar aqui.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Obrigada, secretário Pablo Mendes Ribeiro. O secretário Gunter está com a palavra para suas considerações finais.

**SR. GUNTER AXT:** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, obrigado aos vereadores desta Casa, pela oportunidade desse debate, eu quero dizer de antemão que a Secretaria da Cultura se coloca plena disposição para o esclarecimento de quaisquer eventuais dúvidas que digam respeito a esse projeto especial, bem como a outros. A

nossa agenda é puxada, a gente realmente recebe uma demanda significativa, mas procuramos sempre atender todo mundo, e na Secretaria da Cultura existe como que um mantra - eu tenho alguns dos meus colaboradores ali nas galerias -, existe como que um mantra: se um vereador faz um pedido de informações, nós paramos a secretaria para atendê-lo. Então eu gostaria de público deixar este testemunho aqui, Presidente, Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia, para que realmente todos tivessem a devida dimensão do quanto estamos à disposição na Secretaria da Cultura. Antes de encerrar me permitiria um rápido esclarecimento, que talvez fosse pertinente, quando se fala nos termos aditivos, secretário Baú, da obra da Usina do Gasômetro reitero que nós já recebemos esse debate posto no governo anterior, já foi assinado um termo aditivo no valor de R\$ 3.130 milhões, referente aos aspectos estruturais da obra. E aqui, vereadores, eu acho importante dizer que, efetivamente, prédios históricos contemplam surpresas; um prédio de cem anos pode, efetivamente, apresentar, secretário Pablo, secretário Baú, alguma surpresa no seu processo. Se uma obra convencional, vereadora, já pode contemplar uma surpresa, o que dirá num prédio de cem anos, e que é um prédio industrial, como o caso realmente da Usina do Gasômetro. Qualquer intervenção é muito importante. A questão da quarta laje, que foi contemplada neste termo aditivo, não estava contemplada no projeto original de arquitetura da empresa 3C. Portanto foi um ajuste necessário, porque realmente se percebeu que havia uma questão estrutural que precisava ser enfrentada. A opção ali era: abandonar a obra do jeito que ela estava ou enfrentar a questão do aditivo que era, sim, estrutural. Além disso, secretário Baú, há dois outros aditivos que estão sendo discutidos. Um é o aditivo do projeto elétrico, porque se entendeu que também o projeto elétrico não era suficiente para comportar toda a carga prevista para o funcionamento futuro da Usina. Esse projeto, esse aditivo, pelo menos é a última informação que eu tinha lá na Secretaria, mas é algo que está sendo orçamentado pela Secretaria de Obras, estava estimado em R\$ 2.500 milhões. E um outro termo aditivo, de RS 1.900 milhão, para complementação também de civil. Isso também está sendo orçamentado. Então eu estou dando, digamos assim, aqui valores estimados. São esses os três aditivos debatidos. Acho importante deixar isso claro. Claro que os outros dois não estão assinados ainda e estão em discussão, em orçamentação em andamento. Para concluir, vereadora, vereadores, no que respeita a dinâmica de parceria público-privada, este é um governo que realmente acredita nesse viés. E nós entendemos que não existe parceria público-privada ruim ou boa *a priori*. Essa não é uma questão ideológica é uma questão operacional, ela é uma questão técnica. Existem boas parcerias público-privadas, existem más parcerias público-privadas. Nós temos, na alçada da Cultura, dois bons exemplos de parcerias realizadas, apenas para citar dois: a Casa Estrela, em Petrópolis, que é um TPU, gerido pela associação dos escultores; e também, recentemente, agora, quer dizer, o Museu da Cultura do Hip Hop se instalou numa antiga escola na Vila Ipiranga. São dois exemplos, colegas secretários, vereadores, de parcerias público-privadas recentemente constituídas e que funcionam na Cultura. Sim, buscamos uma fórmula similar para a Usina, com certeza, entendemos que uma gestão emparceirada pode ser muito mais eficaz para o resultado da Usina. O que não significa, de modo algum, que esteja se comprometendo



o uso público e uso cultural intrínseco à existência da própria Usina, como um centro cultural de referência na cidade de Porto Alegre. E esse debate está em processo de construção, e nós esperamos avançar nesse sentido com firmeza. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Obrigada, secretário Gunter.

Registro a presença do Ver. Willian Pereira, de Viamão, seja bem-vindo a nossa Casa, sintam-se na sua casa. Muito obrigada pela presença.

O Sr. Rogério Baú, está com a palavra, para as suas considerações finais.

**SR. ROGÉRIO BAÚ:** Sra. Presidente, demais vereadores, mantemos o nosso compromisso e a nossa disposição em esclarecer mais essa questão. A partir da Presidente, os encaminhamentos podem ser enviados para a nossa secretaria no sentido de fornecer mais dados acerca dessa questão. E o compromisso do grupo formado pela força-tarefa, a partir da decisão do prefeito, é estabelecer o melhor projeto dentro de uma funcionalidade e dentro de uma presteza depois de obra concluída. Então hoje a gente tem propriedade, do mínimo necessário, em relação essa obra da Usina. E é isso que nós estamos perseguindo. Cabe a nós agora fazer o desfecho técnico e o desfecho dos custos disso, repassar para a Procuradoria, para que a gente tenha uma posição acerca da legalidade. Manteremos esse contrato mediante justificativas ou estabeleceremos uma nova licitação, como preceitua a lei, caso seja ultrapassado o limite legal de 50%. Mantemos o compromisso de trabalhar forte no sentido de sempre trazer a Usina na melhor qualificação possível. Essa é a mensagem, e agradeço a oportunidade.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** Obrigada secretário Baú. Agradeço, em nome desta Casa, a presença do secretário Pablo Mendes Ribeiro, da Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura; secretário Gunter Axt, a Secretária Municipal da Cultura; secretário Gustavo Ferenci, da Secretaria Municipal da Transparência e Controladoria; e secretário-adjunto Rogério Baú, também da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Estão suspensos os trabalhos, para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h18min.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM) – às 16h19min:** Estão reabertos os trabalhos. Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração dos trabalhos, para possamos, imediatamente, entrar ao período de Pauta Especial. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os vereadores que concordam, permaneçam como estão. (Pausa.) **APROVADA.**

Passamos à

## **PAUTA ESPECIAL – DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/10 minutos/com aparte)**

### **4ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0826/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 022/21**, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022. (SEI 118.00250/2021-56)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB):** Senhora Presidente, senhoras vereadoras, senhores vereadores, aproveitando esse Período de Liderança da minha bancada, eu hoje quero saudar os meus colegas de profissão, pois comemoramos o Dia do Contador, ou bacharel em ciências contábeis. Destacamos o reconhecimento e a relevância desta categoria profissional como indispensável para as atividades privadas e públicas, para o mundo empresarial, a gestão pública, de forma que o nosso desenvolvimento resulte também na boa aplicação das ciências contábeis pelos seus profissionais habilitados. Abre-se um leque de atividades, as opções são variadas e pode se ocupar postos ligados a recursos humanos, à área tributária das empresas, a gerência financeira, a auditorias interna e externa, ou controladoria, perícia contábil e judicial, o ensino e tantas outras atividades que se expande desta categoria. Tão importantes quanto os que fazem carreira como funcionários, são igualmente indispensáveis ao mercado, às empresas, a empreendedores, enfim, ao país. A origem da função contador vem de longe, 30 de junho de 1931, pelo Decreto n.º 20.158, que criou seu ensino comercial no Brasil e por meio deste mesmo Decreto foram criados diversos cursos. Já o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais foi criado por meio do Decreto-Lei 7.988, de 22 de setembro de 1945, com duração de quatro anos, concedendo o título de bacharel em Ciências Contábeis aos seus bacharelados. No Brasil existem 1.100 cursos on-line e presenciais de graduação das Ciências Contábeis; 364.000 profissionais e contadores; 78.000 organizações contábeis. No Rio Grande do Sul temos 12.800 mulheres contadoras ou bacharéis em Ciências Contábeis e no Brasil 167 mil mulheres profissionais desta categoria. Não destaquei os profissionais da área técnica em Contabilidade por ser hoje o dia em que se comemora a instalação de curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais no Brasil. Mas como contadora, auditora e também técnica em contabilidade parabeno aos meus colegas de profissão pela passagem deste dia e pela participação imprescindível no desenvolvimento econômico da cidade, do Estado e do País, pela contribuição técnica e por facilitar de forma capaz e inteligente o caminho das organizações pelo trabalho na confecção de dados para fundamentar as grandes decisões dos dirigentes. Enfim, por todas as contribuições que as gerações

passadas deram, por todas as contribuições que as gerações presentes estão proporcionando e darão ao nosso desenvolvimento econômico e social, parabéns. Aproveitando alguns minutos que ainda faltam, foi feito o período de comparecimento - deu uma falha ali na minha inscrição -, mas eu queria já saudar os secretários que aqui estiveram e dizer que a Usina do Gasômetro, com breve histórico do Ver. Pedro Ruas, é nosso patrimônio histórico e precisa ter a sua restauração concluída. E a transversalidade na gestão pública fez com que quatro secretários viessem aqui trazer as informações a este plenário. A apresentação foi bem didática, as providências mencionadas satisfazem, mesmo por que nós temos controles internos dentro da Prefeitura, auditores e aguardaremos a conclusão deste grupo que fará estas verificações e nos encaminharão, certamente, para dirimir dúvidas, entendendo que, primeiro, nós temos que ter estes levantamentos junto à Prefeitura para se pensar em passos mais drásticos que nem sempre levam à técnica e sim a conclusões políticas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Presidente; senhoras e senhores vereadores, a Pauta Especial que nós estamos discutindo é muito importante. O Ver. Nedel sempre se ocupava da LDO, o Ver. Ferronato também - dois competentes entendedores do assunto -, eu tentei aprender nesses anos todos na CEFOR, com esses queridos colegas, antigos tanto quanto eu, de idade, mas mais antigos que eu aqui na Câmara. E a LDO, discutida... Falei com a presidente Bruna agora há pouco, e ela tão preocupada que está, quer fazer uma reunião extraordinária da nossa Comissão amanhã, para se tratar da LDO. A importância é muito grande, e temos prazos para cumprir, e vamos cumpri-los. Aqui são 36 vereadores responsáveis e preocupados com o dia a dia da cidade.

Porto Alegre tem um Orçamento de R\$ 7 bilhões mais ou menos, e esse Orçamento precisa ser muito bem distribuído, mas principalmente, ser um Orçamento real, tem que ser bem gasto, tem que ter projetos e tem que ter fiscalização; e cabe à Câmara de Vereadores fiscalizar, e nós vamos fazer o nosso trabalho. Nós temos um Executivo que preza pela transparência, preza pelo Orçamento real. E nós temos na própria Câmara de Vereadores as emendas impositivas que são todas de responsabilidade de quem as indica, nós os vereadores. Muitas vezes o Executivo não consegue cumprir porque tem falta de mão de obra nas secretarias - muitas vezes falta mão de obra nas secretarias. Outras vezes, nós temos falta de trabalho, com a pandemia tivemos um desastre no trabalho da Prefeitura, faltou-se muito, faltaram muitas horas de trabalho para se poder fazer cumprir com as obrigações, tanto do Executivo, até mesmo do Legislativo. Enfim, problemas nesses dois anos de pandemia, que graças a Deus, parece que está declinando de uma forma muito rápida.

Sra. Presidente, não vamos gastar os dez minutos, vamos encerrando por aqui para que outros vereadores, ou para que a Ordem do Dia possa ser iniciada imediatamente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM):** A Ver.<sup>a</sup> Laura Sito está com a palavra para discutir a Pauta Especial, por cedência de tempo do Ver. Matheus Gomes.

**VEREADORA LAURA SITO (PT):** Boa tarde, Ver. Nádia, Presidente em exercício, boa tarde aos colegas vereadores, a quem nos acompanha. Na política do Executivo não adianta nós falarmos que tal questão é importante, que tal tema é extremamente relevante se nós não destinarmos orçamento. Os recursos destinados aos temas, às ações é que dão a tônica do que é de fato relevante para a administração, para o Executivo Municipal. Por isso a chegada da LDO mostra o que realmente é importante para o governo municipal, e aquilo que não só é importante do ponto de vista do discurso, do exercício retórico. Portanto, fica claro para nós aquilo que está sendo aqui debatido ao longo desta semana, aquilo que tem sido defendido pela base de sustentação do governo, que de fato, fica em segunda ordem na prioridade a assistência social, o combate à fome, o enfrentamento aos preconceitos, a superação dos desafios econômicos, psicológicos e sociais, durante o período de pandemia. Já tratei aqui, inclusive, semana passada, de que os temas da pandemia não vão se restringir ao período de calamidade. Nós teremos do ponto de vista da agenda pública uma grande jornada de enfrentamento a sequelas do covid e do ponto de vista da política pública vai ser fundamental que nós consigamos priorizar ações que deem conta disso. Fica nítida a secundarização de temas como a qualificação de educação inclusiva no município de Porto Alegre, o fomento ao empreendedorismo periférico, ao empreendedorismo negro, a infraestrutura também da cidade, especialmente nas regiões que mais precisam do poder público. Para mim, o governo Melo tem sido orientado - e compreendo que aqui nós temos uma parcela relevante desta Casa que corrobora com a minha visão -, tem sido orientado por uma agenda econômica neoliberal e antipopular. Acredito, porque participei do processo eleitoral, assim com os meus colegas, assim como a sociedade porto-alegrense, que de fato não foi exatamente esta versão do nosso prefeito que se apresentou nas eleições, e que angariou votos dos setores populares da nossa cidade, não ficou nítido a esses setores que nós teríamos uma gestão que iria priorizar na sua centralidade uma agenda tão regressiva em direitos, uma agenda de liquidação do patrimônio público, uma agenda da liquidação dos direitos dos trabalhadores da cidade, inclusive violenta, na limitação do direito do acesso do direito à cidade. A escolha do governo Melo diante da crise que nós vivemos, é muito nítida, é uma opção, uma escolha de classe que diante da crise distributiva que vivemos, aprofundada por essa crise econômica que nós estamos frente a um processo global de pandemia. O fato é que o governo deixa nítida sua escolha que está do lado daqueles que mais têm na cidade,

exemplo disso foi o RecuperaPOA, exemplo disso foi o debate da Previdência que nós travamos tão duramente aqui nesta Casa. O desenvolvimento da cidade hoje não é pensado a partir das periferias e nem se preocupa em incluir as periferias de uma perspectiva mais democrática de desenvolvimento, não há neste governo espaço nem para mediações, isso é importante a gente dizer quando se debate aqui as diretrizes do Orçamento do Município. Pelo contrário, a população mais pobre vê cada vez mais limitado o seu acesso e seu direito à cidade, o que ficou evidente nesse pacote que nós estamos ainda debatendo sobre a mobilidade urbana em Porto Alegre, uma profunda crise que nós vivemos e compreendemos a sua dimensão, mas onde quem será taxado com respostas inclusive que não darão conta de responder os problemas que vivemos num sistema de mobilidade de Porto Alegre, serão os mais pobres, atingidos pela retirada direitos como as isenções, serão atingidos pela destruição do patrimônio de 150 anos que é a Carris, ou como os próprios cobradores, que perderão seus postos de trabalho em meio a uma das mais brutais crises econômicas que vivemos nas últimas décadas. O debate que ainda não se esgotou, que é o tema das isenções, que é o que nós temos na agenda, ele revela detalhes perversos. Cito aqui a retirada da população de HIV/Aids do pacote das isenções, uma brutal e insensível proposição, que não compreende os limites sanitários, digamos assim, da cidade, que é a capital que mais cresce em número de pessoas contaminadas pelo vírus do HIV; não compreende os impactos na manutenção, na garantia do tratamento daqueles e daquelas que hoje utilizam o serviço público de saúde e precisam do transporte para acessar; tampouco compreende a importância do poder público nas mais variadas frentes, para poder conter uma pandemia, que, há mais de 30 anos, não é controlada, de fato, no nosso País. Portanto, os movimentos sociais, o povo e este Parlamento, eles precisam mudar a postura, precisam compreender que as ações equivocadas e as omissões do governo Melo têm impactos nesses nove meses de governo – a gente está falando, parece que passou muito tempo, não é? Mas, de fato, esses nove meses de governo nos revelam uma agenda extremamente dura, extremamente perversa que, num momento tão delicado, aprofunda os conflitos sociais presentes na nossa sociedade e agudiza para aqueles que mais precisam do poder público para resistir ao momento que nós temos. No anexo à LDO, foi excluído um conjunto de ações que foi apreciado por esta Casa no PPA, que é fundamental para o desenvolvimento da cidade e, por isso, precisa ser revisto; novos programas, eles precisam entrar.

Eu gostaria, por fim, de fazer alguns apontamentos de temas que são fundamentais que estejam presentes na LDO. O primeiro é o tema da renda básica. De fato, a brutal crise econômica que nós vivemos – sou vereadora de primeiro mandato, falo isso desde o primeiro dia que assumimos aqui nesta legislatura –, para mim, é o tema central de enfrentamento à crise que vivemos no Brasil. O poder público precisa se responsabilizar e ter ações nesse sentido. Apresentamos uma emenda que possibilita que 35 mil famílias, de 2022 a 2025, possam ser atendidas por um programa de renda básica, inclusive ajudando na indução do desenvolvimento, na circulação econômica do nosso Município. Um outro tema importante é o debate do afroempreendedorismo. Vivemos na capital, talvez, de maior segregação racial do nosso País, portanto, ofertar

capacitação a futuros empreendedores, oportunidade, financiamento e investimento nos seus negócios poderá gerar mais de oito mil empregos. A gente vê os setores liberais falando em incentivar ações que possibilitem girar a roda da economia, que possibilitem, de fato, ofertar mais vagas de emprego, mas isso precisa vir também com uma perspectiva de que possa chegar ao conjunto da população de forma mais democrática. Por isso compreendemos que os setores que foram mais atingidos, de forma pesadamente desigual, pela crise econômica, que são os dos negros, das mulheres, da juventude, precisam ter um recorte diferenciado do ponto de vista das ações do poder público.

Um outro tema muito importante é em relação à população LGBTI. Debateremos aqui sobre o tema de uma casa de acolhimento que possa garantir segurança, dignidade à população que, muitas vezes, não está segura sequer nas suas casas. Um tema extremamente delicado e pouco abordado pelo poder público, pela agenda pública de debates. Há um outro debate fundamental: inclusive, ontem, na Comissão de Direitos Humanos, fizemos uma bela reunião com diversas entidades e com membros do governo sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres no município de Porto Alegre. Nós tivemos uma lei aprovada e sancionada pelo governador Eduardo Leite, há 15 dias, sobre abrigagem de mulheres em situação de violência no Estado do Rio Grande do Sul. Nós, em Porto Alegre, vivemos uma das piores, senão a pior situação do Estado em relação às vagas ofertadas, em relação à rede de proteção dar conta da demanda que existe, que ficou mais perfeitamente agudizada durante o período da pandemia, mas que já era crescente antes disso. O poder público precisa ofertar, garantir abrigos para essas mulheres e para os seus filhos durante este período com a garantia do período de urgência, tendo em vista a lacuna que há entre o registro e, de fato, o acolhimento e a abrigagem. Por último, queria registrar um tema sobre os espaços de aleitamento. Para concluir, estaremos apresentando esse conjunto de debates no sentido de poder democratizar o debate sobre o orçamento do município de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Pois não, Ver. Claudio Janta.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD) (Requerimento):** Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

**PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP):** Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Claudio Janta. (Pausa.)

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Doze vereadores responderam a chamada nominal. Há quórum.

(O Presidente Márcio Bins Ely assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, senhoras e senhores membros desta Casa; venho falar nesta pauta que chega a esta Casa que prevê os recursos do município de Porto Alegre. Quero dizer que esta Casa vem tentando, de alguma forma, que setores como a saúde, a educação, a assistência e a infraestrutura tenham esses recursos. A pauta chega aqui com o seu orçamento, e nós vamos ver que não tem dinheiro para tudo. Então, em algumas questões, nós vamos ter que decidir as prioridades da nossa cidade. Eu tenho convicção de que a saúde é prioridade na nossa cidade, a educação é prioridade na nossa cidade, que é aí que nós vamos preparar, de fato, a cidade de Porto Alegre para o futuro; e a assistência social. A necessidade que está lá na Secretaria da Saúde da cidade de Porto Alegre, está no orçamento da emenda impositiva desta Casa, o nosso mandato vem, pelo terceiro ano consecutivo, destinando a totalidade da emenda impositiva à construção de um centro de referência do autismo. Necessidade que têm não somente as crianças autistas de ter um centro de referência, mas a necessidade que têm os jovens, os adolescentes, os adultos de ter um acompanhamento de fonoaudiólogo, de terapeuta ocupacional. Na fase adulta, é ampliado para outras especialidades, inclusive na área da cultura e na área do esporte. É importantíssimo nós entregarmos isso para essas mães e esses pais da nossa cidade. Então recurso já tem na saúde, recurso já tem na educação, na assistência social, mais emendas impositivas, mais recursos que, com certeza, nós podemos buscar no Congresso Nacional, nos ministérios, para entregar para a população de Porto Alegre.

Outro ponto que eu acho positivo, que esta Casa vem discutindo há algum tempo e não aparece nessas diretrizes, é usar recursos públicos para colocar no bolso da ATP, usar recursos públicos para botar no sistema de transporte, que nós estamos debruçados para tentar achar as soluções, e uma delas, com certeza, não é colocar recursos públicos, absolutamente, nós podemos ter várias formas. Nós temos várias questões na cidade de Porto Alegre que a população num todo contribui e que pode vir a ajudar o sistema de transporte. Não é o que alguns defensores falam, de sobretaxar os aplicativos, eu acho que os aplicativos, isso eu venho defendendo há mais de seis, sete anos aqui nesta Casa, têm que ser regulamentados. Nós temos que ter uma regulamentação para os trabalhadores de aplicativo, por quantidade de carro; agora, colocar o imposto em cima disso, não. Criar um pedágio para entrar na cidade de Porto Alegre, também não. Tirar recursos da saúde, educação, assistência social, mobilidade para botar num sistema de transporte que está falido e se nega a discutir com os demais entes, se nega a discutir com o sistema de transporte interligado da Região Metropolitana, se nega a discutir com os demais sistemas de transporte, como os aplicativos, táxis, bicicletas, patinetes, barca; se nega a discutir, acha que tem que ter o recurso público. Eu acredito que cada dono de academia, cada empresário de entretenimento, de *show*, de espetáculo, eu acredito que cada dono de loja, de

restaurante que ficou fechado um bom tempo nesta cidade, gostaria de ter recursos públicos disponíveis para bancar o seu negócio. E o pior, a ATP sequer quer revisar o contrato, quer revisar o edital, quer revisar a licitação, quer revisar as cláusulas, mas esta Casa alterou a vida útil do ônibus; esta Casa, junto com o pedido do Executivo, vem prorrogando o ISS; esta Casa, com o intuito de não aumentar a passagem, de fazer um transporte, tem feito várias coisas, e nós queremos ver o outro lado da moeda retribuir. Mas o positivo é que não têm recursos públicos para custear as empresas, têm recursos públicos destinados para custear a passagem do estudante, tem recursos públicos destinados para custear a passagem de pessoas com deficiência, agora não entregar recursos na mão da ATP, esses recursos que não são destinados à população de Porto Alegre. Então é positivo o que se vê nesse orçamento, mas também nós precisamos ampliar o número de escolas em tempo integral, uma lei aprovada nesta Casa, que altera a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Nós precisamos ampliar as unidades básicas de saúde, que atendem até as 22h, porque é uma necessidade das pessoas que trabalham, quando chegam em casa e não têm a sua unidade básica de saúde funcionando, aberta, porque fecha às 17h. E também precisamos, e muito – tem um projeto para votar nesta Casa, de minha autoria –, ampliar o horário das creches, principalmente noturno, e alguns períodos no fim de semana. É necessário para os trabalhadores da área do comércio, trabalhadores que trabalham em *shopping*, que trabalham no comércio que funciona até mais tarde, no comércio – que a população de Porto Alegre pediu para ficar aberto domingos e feriados –, assim como para os trabalhadores da saúde, os trabalhadores do transporte, os trabalhadores de bares, restaurantes, hotéis; todo mundo que trabalha no expediente que virou normal, trabalhar domingos e feriados, têm a necessidade de algumas regiões ter algumas creches funcionando para ajudar as pessoas. As pessoas que dizem que são contrárias, dizem que nós estamos fazendo um depósito de crianças, que os pais vão poder... Não, tem critério, a empresa vai ter que dar um atestado que a pessoa está trabalhando, vai ter que apresentar os seus comprovantes de trabalho, agora, para quem está trabalhando, um pai e uma mãe que trabalham no comércio, que trabalham no serviço ou trabalham na rede hospitalar, ou num posto de saúde, é necessário ter essas creches funcionando. Para isso, nós precisamos de recursos, também precisamos de recursos para ampliar a infraestrutura nesta cidade de Porto Alegre, para gente ver as obras concluídas e entregues para a população. Então, são muito importantes essas discussões, é muito importante nós nos debruçarmos sobre essas diretrizes, porque é o que vai nortear a vida do povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

**VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO):** Vou ser breve. A nossa LDO deste ano, que está com essa projeção de por volta de R\$ 9,5 bilhões, teve um



incremento significativo nas receitas do Município projetadas, o que mostra também que Porto Alegre tem um vigor econômico relevante, afinal de contas esse recurso não seria possível se não por uma expectativa positiva de arrecadação de impostos. Estamos vendo, inclusive, um momento em que a Prefeitura de Porto Alegre quer a retomada da atividade econômica, quer a retomada dos eventos, está muito mais flexível, muito mais liberal, portanto, enquanto o governo do Estado e alguns outros alguns grupos estão mais conservadores, mais reticentes com relação à retomada atividade econômica. Mas, tal qual é a nossa LDO, essa previsão orçamentária, Ver. Pablo, de R\$ 9,5 bilhões, também é a projeção recorde nos últimos anos de investimentos na nossa cidade, o que mostra mais uma vez o acerto de nós termos optado pela retomada econômica, para permitir que Porto Alegre possa receber esse montante de investimentos. E aí eu destaco aqui, no que nós estamos vislumbrando nesses investimentos, as obras de infraestrutura como a Av. Tronco e a Av. Severo Dullius, a conservação e recuperação da infraestrutura viária, aliás, estamos votando parecer na CCJ para aprovação do empréstimo de R\$ 60 milhões que vai complementar o serviço de repavimentação e qualificação asfáltica. Também temos todo o trabalho de abastecimento de água, que vem lá da Ponta do Arado, São João, enfim, um trabalho importante, investimento que vem sendo feito nesses últimos tempos e que precisará de mais alguns anos para maturar, para corrigir justamente a falta de água, o abastecimento que temos na cidade, especialmente em alguns momentos do ano, e também as obras de macrodrenagem, como do Arroio Areia. Então, investimentos muito significativos, muito importantes e que só são possíveis, só são viabilizados porque estamos tendo atividades econômicas que estão arrecadando impostos e estamos vendo efetivamente as contas em dia por conta das atividades que a Câmara tem exercido, tem cumprido o seu papel em votar os projetos importantes de ajuste fiscal, e também o Executivo Municipal, de encaminhá-los aqui para esta Câmara. É preciso reconhecer também que isso já vem sendo feito há mais de uma gestão, é uma boa notícia para o porto-alegrense poder justamente estar vendo uma Câmara de Vereadores e um governo municipal comprometidos com a responsabilidade fiscal e não com o gasto desenfreado, como a gente já viu a nossa capital fazer em anos passados.

Eu destaco também aqui a questão das inversões financeiras da ordem de R\$ 60 milhões às nossas estatais. Vejam a importância que são projetos como a desestatização da Carris, como a modernização dos contratos da nossa Procempa, para justamente trancar, impedir que sejam drenados recursos públicos para fazer cobertura de saldos de empresas estatais. Obviamente, preciso ser justo aqui que a nossa Procempa não tem um histórico de dívidas e de complemento de seu orçamento, mas a Carris tem, por isso foi acertado também o governo municipal fazer o encaminhamento da desestatização. Votamos a favor, é uma pauta que o NOVO defende desde o início da sua participação na política aqui em Porto Alegre.

Vou concluir por aqui, acho que a nossa LDO vem bem na linha daquilo que foi a campanha do prefeito Sebastião Melo e do vice Ricardo Gomes, também com as expectativas acertadas daquilo que vem se conversando entre vereadores, não só da base do governo como também independentes, está atinente aos programas que se

pretende cumprir também no próximo ano, e aí eu imagino que será uma discussão muito importante e válida para nossa cidade, para garantir um 2022 de muitas realizações e entregas para o cidadão de Porto Alegre. Muito obrigado pela atenção, espero que possamos ter uma boa discussão depois, no debate da peça em si, quando ela vier para a Câmara para ser votada.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** A Ver.<sup>a</sup> Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB):** Boa tarde aos colegas, faço cumprimentos ao Presidente da Casa, que dirige os trabalhos. Como os vereadores já falaram anteriormente, inclusive correu em pauta, a LDO, um momento importante, rico para a cidade, discute o orçamento, discute os rumos e as expectativas da cidade, do Executivo em relação à cidade, e deve ser um momento de reflexão para a sociedade. Desde a nossa chegada à CEFOR, Presidente, uma mulher oriunda da periferia da cidade, que topou discutir o orçamento, nós pensamos: qual o orçamento nós queremos, o que nós queremos desse espaço, e, certamente, nós discutimos que o orçamento precisa ser popularizado. Nós entendemos que a população deve enxergar o orçamento, deve entender o orçamento, isso nós temos tentado, a partir da CEFOR, fazer essas reflexões, mas também falar do orçamento na medida em que as pessoas entendam, não é, Ver. Oliboni? O orçamento não pode ser mais um instrumento de exclusão, onde ficam ali, Ver. Pablo, alguns secretários falando dos valores e de uma forma que a população não entende. Nós topamos esse desafio de discutir o orçamento de forma que o cidadão, que a cidadã, que as pessoas que nos acompanham a partir da TVCâmara entendam, entendam que precisam se enxergar dentro daquele que é um instrumento político, um instrumento político que dialoga com os investimentos da cidade.

Falando da LDO, já que é um instrumento que nós valorizamos muito, porque discute as expectativas do orçamento, o futuro da cidade, nós, inclusive, falamos aqui anteriormente, discutimos o projeto da orla, um projeto polêmico, com muitas dúvidas ainda, mas nós podíamos estar também discutindo as obras da Av. Tronco, que já têm mais de 10 anos. Eu fui uma das removidas por aquela obra, e nós falávamos que aquela obra, da forma que estava sendo feita, seria mais uma forma de excluir a população, de retirar as famílias da sua casa sem solução; e, pasmem, aquela não era só uma denúncia vazia, se passam mais de 10 anos. Eu fui removida por aquela obra, portanto falo com entendimento, falo por vivência, está lá o asfalto passando, mas as casas das pessoas, Presidente, até hoje não foram entregues, são mais de 10 anos. As pessoas foram para o aluguel social e hoje ninguém mais aluga casa para as pessoas que estão no aluguel social e foram removidas da Av. Tronco, por quê? Porque a Prefeitura exige uma série de contrapartida dos moradores, mas não garante o pagamento em dia. Portanto, aquelas pessoas que há 10 anos saíram das suas casas não têm hoje onde morar e não tem perspectiva, porque a obra avança, a avenida avança, mas a casa das

peessoas, sequer tem um tijolinho construído. Isso deveria ser uma prioridade, essa deveria ser uma prioridade de construção efetiva de calendário de obras que respeite a dignidade humana, mas, infelizmente, a gente ainda vai ouvir falar muito da Av. Tronco, porque à medida que nós privilegiamos o asfalto ao invés de dar conta das vidas, nós ampliamos a desigualdade social. Eu venho utilizar a tribuna para falar que o orçamento não pode ser mais uma forma de excluir os excluídos, mais uma forma de aprofundar a desigualdade. Nós falamos aqui de uma obra muito bonita, que é a orla do Guaíba, nós falamos aqui como se estivéssemos falando de troco. A Ver.<sup>a</sup> Comandante Nádia utilizou a tribuna de uma forma, inclusive, que eu fiquei surpreendida, porque o trabalhador, a trabalhadora não trata a obra da sua casa com tanto descaso, porque não tem, porque não faz aporte sem pensar racionalmente onde vai o seu recurso, até porque o povo da periferia desta cidade vive dias muito duros. Porém, dizer, comparar a obra da orla àquela obrinha que a gente faz em casa, no mínimo é leviano, no mínimo é irresponsável, no mínimo é desrespeitoso com trabalhador e com a trabalhadora que hoje não têm o mínimo, que é o pão na mesa. As nossas crianças, Presidente, têm ocupado as sinaleiras da cidade e nós não conseguimos fazer com que elas voltassem a ocupar os acentos da escola, porque, infelizmente, esta Casa não se debruça a discutir esses temas, não se debruça a resolver problemas como esse, que vão fazer com que a educação volte a ser um privilégio e não um espaço democrático, um espaço onde todos tenham acesso. Mais uma vez eu reitero: o orçamento precisa ser uma forma de equiparação da desigualdade, de desenvolvimento social, a cidade se desenvolve, nós temos uma taxa de desemprego, Presidente, de 8,8%. Às vezes, eu fico refletindo que nós só podemos viver em cidades diferentes, porque, às vezes, alguns colegas utilizam a tribuna e falam de uma cidade em que eu não circulo. A cidade em que eu circulo vive dias muito tristes, momentos muito cruéis, porque se tiver uma chuvinha, a cidade alaga; qualquer chuvinha, os esgotos seguem a céu aberto. Inclusive a Escola Emílio Meyer foi alagada e se encontra fechada. Infelizmente o orçamento tem sido utilizado para excluir e não para incluir. Nós vamos seguir ocupando a tribuna para falar de como nós sonhamos que o orçamento seja discutido com a cidade de forma participativa e inclusiva. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Querida cidade de Porto Alegre que nos ouve e nos honra todos os dias construindo direitos, lutando por serviço público de qualidade. Venho a esta tribuna, em nome do PT, para lamentar o papelão que o Presidente da República fez na ONU, nos envergonha com seu discurso escatológico, com a sua comitiva sem nenhuma compostura; o ministro de estado da saúde fazendo gestos obscenos à cidadania. Cadê os bolsonaristas de Porto Alegre? Saiam da toca, saiam da toca e venham aqui defender Bolsonaro. Cadê vocês, sumiram, olhem aqui as

tribunas, as cadeiras vazias. Cadê vocês? Cadê os bolsonaristas de Porto Alegre? Estão escondidos, com cabeça dentro de um buraco igual a um avestruz, parece que não viram. O cidadão foi lá, Presidente de uma nação do tamanho do Brasil com mais de 200 milhões de habitantes, falar que aqui não tem fome, aqui não tem desemprego, que ele está gerando empregos, quase 15 milhões de desempregados, e ainda disse: em 2018, nós salvamos o Brasil do socialismo. Ver. Aldacir Oliboni, ele falou que salvou do socialismo, se o socialismo é comida na mesa, são as pessoas sendo bem atendidas no SUS, se o socialismo é Bolsa Família para quem tem fome, nós defendemos o socialismo. Esse era o socialismo que vocês derrubaram, golpistas que são, e muitos não têm nem coragem de vir aqui defender. Lá no Parcão falavam “fora Dilma”, “fora PT”, se pintavam de verde e amarelo, hoje eles se escondem, transformaram a bandeira do Brasil num pano de chão. Envergonham a Nação, vocês envergonham Porto Alegre, porque nós estamos sofrendo desemprego também, porque o governo federal aqui não está, é ausente, não tem obras, não tem nada, não tem um incentivo. Cortando, cortando, cortando do orçamento do povo! O povo tem fome, o povo tem pressa e, em Porto Alegre, o bolsonarista Melo o que é que faz? Nem para se pronunciar, dizer que se envergonhou com o Presidente da República na ONU, nem isso, o prefeito Melo é conivente com isso, o prefeito Melo é bolsonarista, sim, porque é um prefeito que não fiscaliza as obras do seu próprio governo. Querem mais R\$ 8 milhões para Usina do Gasômetro, Melo, não vai levar, não vai levar! Trabalhem direito, façam decentemente licitações; engodo nós não vamos aceitar como este engodo bolsonarista dizendo que o Brasil combate a covid. Melo, tu mesmo, aqui, foste autorizado a comprar vacinas com recursos próprios e não as comprou, não o fez, e o Bolsonaro dizendo que comprou vacina, mas se o seu governo está sendo investigado na CPI, a Covaxin era negociada a um dólar por vacina e ele disse lá na ONU que o Brasil, há dois anos e meio, não tem corrupção.

Olha que engraçado, eles estão dando outro significado para corrupção, corrupção deles tem outro nome, é rachadinha, é malandragem, é a coisa errada com o dinheiro do povo. Vai até os Estados Unidos nos fazendo passar vergonha, comendo de pé na calçada, porque não quer mostrar a carteirinha de vacinação. Claro que ele se vacinou! Ele se vacinou só que ele não pode mostrar, porque a gadaria toda vai enlouquecer se ele mostrar a carteirinha de vacinação, se ele mostrar, como é que ele vai sustentar o seu discurso? Lá está tendo que passar pouco o cartão corporativo, ele queria passar bastante, comprar muita coisa, roupa, joias, a Michelle está braba, ela está braba, Bolsonaro, e os bolsonaristas aqui não vão defender? Por favor, gente, eu espero que o vice-prefeito, pelo menos o vice-prefeito, seja testa de ferro, fale contra o Bolsonaro, porque o senhor é da turma da terceira via.

Vocês querem inventar a terceira via a todo custo. Cadê a terceira via? Inclusive, ontem, saiu no jornal uma fala do governador Leite – esse governadorzinho *playboy* – que disse que o Brasil não quer esta polarização; 50% quer Lula, 24% quer o Bolsonaro no segundo turno, e o Brasil não quer polarização? É uma piada! O governador do Rio Grande do Sul não consegue cuidar do desemprego, vende o patrimônio, arrocha os salários dos servidores, fecha escolas, hospitais fechando em

todos os municípios do Rio Grande do Sul e o governador quer ser terceira via. Seria cômico, se não fosse trágico. Eu fico indignado, nós, do PT, não vamos tolerar mais, nós vamos para rua no dia 2 de outubro, o povo vai para rua porque a fome não espera.

O Prefeito Melo deveria pelo menos limpar um pouquinho da sujeira que ficou do governo anterior e também do governo estadual do Leite e federal do Bolsonaro e fazer um projeto real de combate à fome neste Município, combate à fome pela FASC, cestas básicas, alimentação, o mínimo; as pessoas não conseguem acessar um prato de comida, e o prefeito Melo entregando certificado de prefeitos de praça. Ver. Oliboni, ele está terceirizando as praças, ele vai lá entrega o certificado para cuidar da praça, mas para quê ter mil cargos de confiança indicados por vários partidos se não é para trabalhar, cuidar pelo menos das praças. Se não quer fazer política de educação, escolas estão chovendo dentro como se estivesse na rua, se não quer fazer serviço de saúde de qualidade nas unidades básicas que faltam médicos, faltam dentistas, pelo menos cuide das praças.

Faz aquilo que os politiqueiros sempre fazem, pega o cortador de grama e vai lá sábado e domingo, agora, entregar certificadinho de prefeito de praça, e as praças que são um matagal?! Essa é a repercussão do bolsonarismo em Porto Alegre, só falam, falam e não fazem nada. Bolsonaro foi na ONU falou, falou e nada é a realidade do Brasil, ele pintou lá um conto de fadas, e o Melo está pintando aqui também. Parece aqueles concursos de mentira de Nova Brescia, vai ganhar o troféu.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está encerrada a discussão da Pauta Especial.

Esta presidência faz um requerimento para a alteração da ordem dos trabalhos, passando, imediatamente, ao período de Pauta. Após, voltaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como estão. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

## **PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0073/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 031/20**, de autoria do Ver. José Freitas, que institui o Programa de Separação de Resíduos Sólidos Recicláveis na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. **(SEI 034.00029/2020-10)**

## 2ª SESSÃO

**PROC. Nº 0395/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 166/20**, de autoria do Ver. José Freitas, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Dorotéo Oliveira de Abreu Filho. (SEI 034.00149/2020-17)

**PROC. Nº 0491/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 007/21**, que dispõe sobre a competência para a prestação dos serviços públicos de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e de proteção contra as cheias, no Município de Porto Alegre, cria e extingue cargos em comissão e funções gratificadas, alterando a Lei Municipal nº 6.203, de 3 de outubro de 1988, que estabelece o plano de classificado de cargos e funcionários do Departamento Municipal de Água e Esgotos, dispõe sobre o plano de pagamento e dá outras providências. (SEI 118.00148/2021-51)

**PROC. Nº 0306/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 108/21**, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino, que obriga as instituições que relaciona a comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) os casos de automutilação, tentativa de suicídio e suicídio consumado. (SEI 215.00038/2021-72)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, venho falar do PLL nº 108/21, de autoria da Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino, que obriga as instituições que relaciona a comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Saúde – SMS os casos de automutilação, tentativa de suicídio e suicídio consumado. Neste mês amarelo/verde, a Ver.<sup>a</sup> Psicóloga Tanise Sabino apresenta este projeto para a SMS ter conhecimento desses casos. Os vereadores poderão falar sobre o “obriga”, mas há coisas que precisam ser obrigadas mesmo, que não podem ser por espontaneidade. Acredito na importância desse projeto para as pessoas que, por algum motivo –e, com certeza, 90% deles são psicológicos –, procuram se mutilar, procuram o suicídio, pessoas que vivem esse tormento na sua vida, que acordam e deitam com esse tormento na sua vida.

Aproveito para falar da necessidade de esta Casa, cada vez mais, discutir e se aprofundar num tema que tem gerado muitos debates nesta Casa e no mundo, que é a questão do, pode-se dizer, passaporte ou controle, pode-se dizer o que for, referente à vacina da covid-19. Pessoas que são contrárias dizem que é um direito individual da pessoa que pode se sobressair sobre o direito coletivo do cidadão, mas a cada dia que passa obtenho respostas, Ver. Oliboni, de que nós precisamos ter esse controle vacinal. Os Estados Unidos, agora em novembro, abrem todas as suas fronteiras, liberando a todos que lá chegarem, só que têm que ter a vacina, têm que fazer exame três dias antes. Aí os defensores dizem: “A vacina não dá imunidade; eu já peguei a covid e estou imune”. Só que nós estamos vendo uma parcela grande de pessoas que tiveram a covid,

tomaram a vacina, e estão pegando a covid de novo. Pelo menos, as pessoas estão diminuindo o período de internação, o que também saiu na imprensa nesta segunda-feira, que diminuiu drasticamente o número de internações e óbitos por covid. Se diminuiu o número de internações, se diminuiu o número de óbitos, se a Europa liberou suas fronteiras mediante comprovante de vacinação, se os Estados Unidos liberam suas fronteiras mediante comprovante de vacinação, se a Argentina decreta hoje a liberação da fronteira aos brasileiros, com comprovante de vacinação, então vamos tirar o nome de passaporte, vamos colocar o nome “comprovante de vacinação”, mas nós temos que comprovar.

Eu volto a bater na mesma tecla, se para eu chegar à Colômbia, à Venezuela, ao Uruguai, à Argentina ou a qualquer país da América do Sul eu tenho que comprovar as vacinas da febre amarela, da malária, por que a pessoa não quer comprovar a vacinação da covid? Por quê? É ideológico, não tem outra explicação. É ideológico: eu sou gremista, não bebo em caneca do Inter; eu sou colorado e não vou tomar uma cerveja no copo do Grêmio; eu sou maragato e jamais eu vou comer um churras com um chimango. É só por isso. Não tem outra explicação para a pessoa arriscar a sua vida, porque quem teve a covid não está imune à covid, quem tomou a vacina da covid não está imune à covid. Quem está vivo não está imune à covid! E aí não querem que haja um controle, o controle de pessoas que entram aqui na Casa, de pessoas que entram em um restaurante, que entram num bar... Agora virá o veto, e acredito que a Câmara vai sinalizar muito bem essa questão do controle vacinal. Isso aqui não é caça às bruxas, como alguns tentam dizer que estamos voltando aos campos de concentração alemães, contra os judeus. Não é nada disso. Isso é preservar a vida das pessoas. Volto a dizer, nós queremos estar aqui conversando, dialogando, votando, encaminhando, mas queremos a tranquilidade de que as pessoas que adentram à Casa tomaram a vacina. Queremos a tranquilidade de que, caso alguém venha a se contaminar mesmo já tendo pego covid, mesmo já tendo tomado as duas doses da vacina, será algo mais tranquilo. Porque tem sido assim na vida de todas as pessoas, principalmente as pessoas que tomaram as vacinas que, hoje, estão dando aos adolescentes. Aí falam da questão da ciência: a ciência está falando isso, ela está dizendo que é imprescindível a vacina da covid, como é imprescindível a vacina da gripe. Eu não posso ser hipócrita. Se eu não acredito na vacina da covid, eu não acredito em nenhuma vacina. Se eu não acredito na vacina da covid, eu não acredito nas vacinas do sarampo, da meningite, da varíola, da catapora, da gripe. Nós não podemos fazer esse discurso focado na ideologia. Nós temos que fazer esse discurso focados no direito coletivo e não, no direito individual. Eu posso não tomar a vacina, mas eu vou pedir comida em casa, vou usar uma luva para receber a comida que me for entregue. Eu posso não tomar a vacina, mas eu vou assistir a uma partida de futebol sentado no meu sofá, em casa. Eu posso não tomar a vacina, mas vou assistir a um *show* ou a um espetáculo pela televisão. Eu não tenho o direito de ir contaminar outras pessoas, porque isso está provado. Há dois exemplos públicos que tiveram a covid, tomaram a vacina e foram a um hospital fazer um acompanhamento. Duas pessoas públicas: o prefeito de Santa Maria e o presidente do MDB, deputado federal. Tiveram covid e

tomaram a vacina. Aqui nós temos membros desta Casa que tiveram covid, eu me incluo entre aqueles que tiveram sequelas pós-covid, mas tomamos a vacina.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Claudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

**VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD):** Quero que os vereadores prestem atenção numa coisa, aí vem, no linguajar sindical, o pulo do gato. Pensem em uma coisa só, eu subi nesta tribuna defendendo a medicina. Eu subi nesta tribuna defendendo que, se eu chegasse ao meu médico e ele me dissesse: “Janta, tu vais tomar benzetacil, tu vais tomar cloratil, tu vais tomar novalgina, tu vais tomar não sei o que, isso vai te ajudar a combater a covid, e vai ter que enfiar os dedos nos dois ouvidos, por meia hora”. Eu ia chegar em casa, ia tomar todas essas porcarias, que eu não sei para que servem, e ia enfiar o dedo nos ouvidos, porque o ser humano que respeita a sua vida, a vida dos seus filhos, dos seus pais, dos seus entes, ele vai cuidar da sua vida. Eu vim aqui e defendi isso. Houve pessoas que vieram a esta tribuna, Ver. Oliboni, e defenderam que o médico tem o direito de prescrever o medicamento e cabe ao paciente o direito de tomar a medicação. Isso vale para a cloroquina, azitromicina, que é o *kit* covid. Tu estás apavorado, começa a doer tudo, tu queres respirar e não consegues, se o cara vem e manda tu enfiar o dedo nos ouvidos, tu enfiás o dedo nos ouvidos, pois tu estás apavorado. Defendiam aqui nesta tribuna. Agora, a vacina, não! “Não, vacina não! Isso vai entrar no meu corpo, vou virar ET. Isso vai entrar no meu corpo e vou virar uma lagartixa ou um jacaré”. O que é isso, gente? Eu tomei a vacina, tomei a segunda dose e estou melhor do antes. E continuo usando máscara, álcool em gel. Se é tão corajoso assim, sai na rua sem máscara. Se é tão corajoso assim, pega o álcool em gel, que fica na bancada, e coloca no lixo. Se é tão corajoso assim, vai e abraça todo mundo na rua, espalha amor, espalha afeto. Tenha coragem! Mas tenha coragem mesmo! Não coloca a minha vida em risco! Eu quero poder chegar à Câmara e ter certeza que estou bem, que meus pares vão estar bem, que vou retornar à minha casa e que a minha esposa e a minha filha vão estar bem, que vou visitar o meu pai e ele vai ficar bem. Eu quero essa garantia, e quem me dá essa sensação de garantia é a vacina. O que me dá essa sensação de garantia é ter esse controle que os Estados Unidos vão começar a ter agora, em outubro. Esse controle que a Europa, Ver. Oliboni, está tendo, lá dentro. É como ir do Rio Grande do Sul a Santa Catarina, ao Paraná, ir a São Borja – Ver. Cassiá Carpes, que seguido vai a São Borja, sua terra natal –, é como ir a Uruguaiana, ao Rio Grande. A Europa é assim, e para passar, tem que mostrar que tomou a vacina, tem que mostrar que está procurando ser solidário, que está procurando imunidade, que está procurando que as pessoas que te receberem... Como aconteceu agora nos Estados Unidos, a vergonha de um Presidente da República comer na calçada, porque diz que não tomou a vacina! Comeu na calçada, gente! O representante maior desta Nação comeu na calçada! Na calçada, o representante maior desta Nação. A questão é ideológica ou a questão é de saúde pública? É ideológica, porque, com certeza, tomou a vacina. Eu vou procurar o CPF do Presidente, vou ver lá se ele tomou a vacina, isso é



público. Vou ver se ele tomou a vacina ou não. As pessoas têm que ter clareza de que a vacina é o que pode ajudar a todos nós a ter uma sensação de vida normal, porque agora vem uma nova variante desse vírus, pior que a delta, e quem tem algum conhecido que teve a variante delta sabe o que eu estou falando. Imaginem quem não tomou vacina, imaginem quem acha que não precisa tomar as vacinas de combate à covid, mas acha que tem que tomar o *kit* quando fica doente, ou tem que tomar o *kit* de prevenção. Então, por favor, abram mão do *kit*, abram mão da vacina, abram mão da máscara, abram mão do álcool gel e vejam se alguém vai querer abraçar vocês na rua, se alguém vai querer ir nas suas casas ou vai querer que vocês vão na casa de alguém. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR JONAS REIS (PT):** Obrigado, Presidente Bins Ely; queridos colegas, vereadores e vereadoras, corre na pauta aqui o PLE nº 007/21, que cria cargos em comissão e funções gratificadas – de novo criação de cargos! Eu queria entender, prefeito Mello, quando é que vai criar políticas públicas. Aqui fala de esgotos pluviais. Nós sabemos que a Prefeitura tem muito dinheiro, que a Prefeitura é rica! Essa Prefeitura recolhe muito imposto, Melo, pensa bem! Eu não vou cansar de lembrar aqui ao povo que agora, neste momento, está entrando R\$ 1 milhão no caixa da Prefeitura, todo dia entram R\$ 22 milhões, praticamente R\$ 1 milhão por hora – é muito dinheiro. O que a Prefeitura faz com R\$ 1 milhão por hora? Manda para cá projetos de lei criando cargos em comissão e funções gratificadas. Isso é governo para o povo? E aqui estamos falando de esgotos pluviais, um problema crônico desta cidade. Vocês viram a última chuva que deu? Subiu a água, alagou a Ponta Grossa, o Lami – água da chuva! –, alagou o Sarandi, e agora está alagando também o Teresópolis – vejam bem, uma zona que antes era alta da cidade, não alagava, sabem por quê? Por causa das terceirizações. Terceirizaram os serviços de esgoto pluvial, a empresa que operou a separação, colocou o separador absoluto na Av. Arnaldo Bohrer, lá na frente, é aquela rua que termina no supermercado Nacional do bairro Teresópolis, a Av. Teresópolis é mais alta, essa outra é um pouco mais baixa. A água da chuva, vem lá de cima, dos Alpes, vem do Teresópolis, e a água, agora, como eles fizeram ligações erradas... A empresa terceirizada não conhece, foi lá, fez aos trancos e barrancos, porque eles pagam pouco salário para os servidores. Os servidores estão loucos para sair dali, para fazer um Uber de noite. Então, eles não se dedicam porque não querem; não, eles não se dedicam porque não podem, eles ganham tão pouco que estão pensando no bico da noite, da madrugada. Aí fizeram essa obra horrorosa lá, entrando água pelas calhas – pelas calhas, está entrando água! Essas são as obras terceirizadas de esgotos pluviais. Em vez de resolver isso, cuidar desses contratos, geri-los bem, o prefeito manda para cá a criação de cargos de confiança. Sabem quanto vai ser o gasto disso? Está aqui no

projeto, eu fiquei apavorado – fiquei apavorado, deixa eu achar que a última página – R\$ 24 mil por mês. Tem dinheiro para isso e não tem para resolver o problema do povo? A água continua entrando nas casas, não é criando cargo que vai resolver, é gerindo bem os contratos terceirizados. Está hoje lá: a adutora estourou, estourou, Av. Vicente Monteggia com a Av. Cavallhada. Todo mundo sem água nos bairros Nonoai e Cavallhada! Toda aquela região! Vai voltar água nas zonas altas sabem quando? De madrugada. E sabem desde quando estava vazando água? Sabem desde quando? Semana passada estava vazando água, e não tem equipes de vistoria, não tem porque eles não fazem concurso. Secretário, diretor-geral do DMAE, Alexandre, já deu nove meses, não é? Não aprendeu ainda sobre saneamento? Então, entrega o chapéu para um engenheiro de carreira, alguém que saiba gerir o DMAE, porque, há uma semana o vazamento ali na Av. Vicente Monteggia com a Av. Cavallhada e vocês não fizeram a previsão! Agora, hoje, somente de madrugada vai voltar a água! A obra hoje criou um caos no trânsito, porque tem que ter servidor público, tem que ter planejamento, tem que ter previsibilidade! Está aí a previsibilidade do governo: prevendo mais cargos, mais CCs, mais FGs. Isso é política de saneamento? Eu pergunto a você cidadã, cidadão que mora nas zonas extremas, eu só vejo as pessoas... nome de rua, nome de rua! Cadê um projeto robusto de saneamento? Tem que cobrar o prefeito que os R\$ 300 milhões que estão lá nos cofres do DMAE sejam investidos! Tem gente que não tem água potável na cidade! Cresceu tanto a zona dos Alpes, tanto, que, quando tem consumo alto de água, como é no verão, tem que subir o carro-pipa lá na entrada dos Alpes. Para concluir, tem que colocar carro-pipa. O verão está chegando, de novo, vai faltar água na Lomba do Pinheiro.

Então, nós estamos muito mal, e ainda não vi o diretor-geral do DMAE vir nesta Casa falar do planejamento para o verão que vai chegar. Solicito que ele venha, estamos convidando, porque mandar projeto aqui criando cargos, isso ele manda; agora eu quero saber qual o planejamento para não faltar água para os trabalhadores e trabalhadoras do Extremo-Sul e Zona Leste no verão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Questão de ordem, Ver. Claudio Janta?

**Vereador Claudio Janta (SD):** Eu só queria deixar claro, aproveitando que nós estamos ao vivo, e a população está nos ouvindo, que o Ver. Jonas tem feito um combate, aqui na Câmara de Vereadores, à gestão do prefeito Melo, à nossa gestão, mas tem que ser um combate idôneo, um combate sério, um combate transparente. Na verdade, o que está sendo feito? Estão sendo extintas 15 FGs e criadas 13 FGs, e o salário diminui, vai ter um custo de R\$ 24.577,00, que hoje é de R\$ 24.900,00 e pouco. Então, há um custo diminuindo a questão que, no ano, vai dar uma diminuição de R\$ 5.344,00, o que parece pouco, mas na estrutura que está indo do DEP para dentro do DMAE, é uma estrutura significativa. Então, realmente não é o que foi dito aqui,

ninguém está aumentando o custo, ninguém está... Estão diminuindo o número de FGs, diminuindo esse número de FGs, alocando onde há necessidade. Obrigado, Sr. Presidente.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Está encerrado o período de discussão de Pauta. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum para ingressarmos na Ordem do Dia.

**SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo):** (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Oito Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

**PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT):** Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h42min.)

\* \* \* \* \*